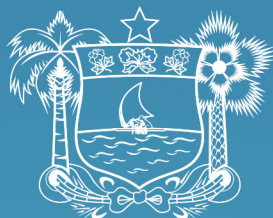


Secretaria do Planejamento  
e das Finanças - SEPLAN

Secretaria de  
Educação e Cultura - SEEC



**GOVERNO**  
**DO RIO GRANDE DO NORTE**

# CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES

**PRODUTO 02**  
**RELATÓRIO ANALÍTICO**

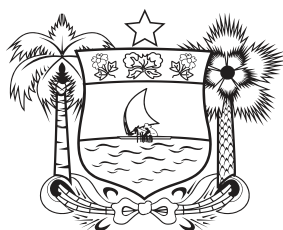


GRUPO BANCO MUNDIAL



**GOVERNO**  
**CIDADÃO**

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE



# **GOVERNO**

## **DO RIO GRANDE DO NORTE**



**GRUPO BANCO MUNDIAL**



**GOVERNO  
CIDADÃO**

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Este documento é fruto de uma ação estratégica do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através do Projeto Governo Cidadão, financiado com recursos do acordo de empréstimo com o Banco Mundial - BIRD 8276-BR.

É permitida a reprodução total ou parcial do texto deste documento, desde que citada a fonte.

**CONSTRUÇÃO DAS DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES  
PARA A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO  
GRANDE DO NORTE**

## **Produto 2**

**Relatório Analítico do documento/minuta desenvolvido pelas  
comissões constituídas na SEEC sobre as diretrizes e matrizes  
curriculares**

**Revisado em abril de 2018**

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>PARTE 1 – CONSOLIDAÇÃO DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA CURRICULAR.....</b>	<b>4</b>
<b>1.1.CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>5</b>
<b>A PROPOSTA CURRICULAR E A REDE ESTADUAL.....</b>	<b>5</b>
<b>POSICIONAMENTO EM RELAÇÃO À BNCC .....</b>	<b>5</b>
<b>1.2.PRINCÍPIOS GERAIS.....</b>	<b>7</b>
<b>CURRÍCULO.....</b>	<b>9</b>
<b>APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>10</b>
<b>O PROCESSO PEDAGÓGICO COMO UM CAMPO DE CONSTRUÇÃO DE EXPERIÊNCIAS .....</b>	<b>11</b>
<b>1.3.PROPOSTA CURRICULAR EM ELABORAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>QUESTÕES PARA EQUIPE TÉCNICA DA SEEC .....</b>	<b>17</b>
<b>PARTE 2 – RELATÓRIO DOS CINCO ENCONTROS FORMATIVOS .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1. PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2. PROGRAMAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3. PÚBLICO .....</b>	<b>22</b>
<b>2.4. AVALIAÇÃO DOS ENCONTROS .....</b>	<b>23</b>
<b>APÊNDICE – ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ENVIADOS PELA SEEC .....</b>	<b>25</b>
<b>APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS EQUIPES DA SEEC.....</b>	<b>25</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA PROPOSTA CURRICULAR .....</b>	<b>41</b>
<b>ORIENTAÇÕES EM RELAÇÃO AO ENSINO FUNDAMENTAL .....</b>	<b>42</b>
<b>ORIENTAÇÕES EM RELAÇÃO AO ENSINO MÉDIO .....</b>	<b>43</b>
<b>O QUE OS PROJETOS DE ENSINO EM ANDAMENTO TÊM A DIZER EM RELAÇÃO À CONSTRUÇÃO CURRICULAR? ...</b>	<b>44</b>
<b>LISTA DE DOCUMENTOS ENVIADOS PELA SEEC-RN.....</b>	<b>51</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>54</b>

## Introdução

Este documento faz parte do contrato nº 042/2017, celebrado entre a Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV) e a Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN) do Rio Grande do Norte.

O presente relatório integra o projeto **Construção das diretrizes e matrizes curriculares pedagógicas para a Rede Pública do Rio Grande do Norte** – coordenado pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC/RN), e finaliza a entrega da **Atividade 2 – Elaboração e apresentação de um relatório analítico do documento/minuta desenvolvido pelas comissões constituídas na SEEC sobre as diretrizes e matrizes curriculares**.

Este produto é composto de:

- Parte 1 – Consolidação das diretrizes para a elaboração da Proposta Curricular<sup>1</sup>;
- Parte 2 – Relatório dos cinco encontros formativos realizados para discutir as diretrizes para a elaboração da Proposta Curricular preliminar para o Ensino Fundamental.

Nessa Introdução, vale destacar os encaminhamentos do período, definidos com base nas discussões realizadas nos encontros presenciais. São esses:

- a) a FCAV atualizou o Relatório Analítico sobre os referenciais teóricos, incluindo a estrutura sugerida para a versão preliminar da Proposta Curricular, apresentada nos encontros pela equipe da FCAV e validada pela equipe da SEEC.
- b) SEEC organizou uma discussão com sua equipe técnica para aprofundar questões levantadas durante os encontros (essas questões foram registradas pela FCAV e enviadas no dia 25/01).
- c) SEEC enviará documentos complementares relevantes na elaboração da Proposta Curricular. Alguns documentos foram citados nos encontros: Anais de fórum sobre Ensino Religioso, a versão final das referências básicas para organização do trabalho pedagógico das escolas estaduais do RN (RPOTP), dados de avaliação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação

---

<sup>1</sup> O texto já foi enviado à SEEC em caráter preliminar em 08/12/2017, serviu de base para conduzir as discussões em encontros formativos, e é entregue atualizado neste relatório.

Rua Dr. Alberto Seabra, 1256/1266 – 05452-001 – São Paulo – SP – Tel. (11) 3145-3700 / (11) 5525-5555

Institucional (SIMAIS)<sup>2</sup> e apresentação sobre o Projeto de Inovação Pedagógica (PIP).

- d) SEEC formalizará a composição do GT Currículo (que será o grupo representante da SEEC na elaboração da Proposta Curricular) em portaria publicada no *Diário Oficial do Estado* com a previsão de reuniões periódicas para estudo e discussão na SEEC.
- e) A FCAV reenviou, em 07/02/2018, o Plano Técnico da Ação (Produto 1) com cronograma das atividades do projeto atualizado.

## **Parte 1 – Consolidação das diretrizes para a elaboração da Proposta Curricular**

Os encontros de janeiro de 2018 com a equipe da SEEC e a análise dos documentos enviados (ver Apêndice) permitiram delinear que o Currículo de Educação Básica do Estado do Rio Grande do Norte buscará apresentar uma metodologia descritiva e analítica, bem como orientações teóricas trazidas por abordagens pedagógicas, filosóficas, sociológicas e políticas que atendam às orientações dos documentos produzidos pelo MEC e pela SEEC. Essa metodologia será estruturada e organizada conforme as indicações previstas nas DCN-EB, na BNCC e nas legislações educacionais vigentes, e trará orientações pedagógicas para os níveis do Ensino Fundamental (EF) e do Ensino Médio (EM), bem como para as modalidades de ensino desses segmentos.

Cabe destacar que este produto registra as discussões e encaminhamentos dados até o momento referentes à Atividade 2 do Termo de Referência. O texto reflete a preocupação da secretaria em construir uma proposta plural, inclusiva e que atenda a todas as modalidades de ensino. Por esse motivo, estão previstos momentos de escuta e de elaboração coletiva da equipe da rede e dos diversos segmentos da SEEC, em parceria com a Undime.

Essa elaboração conjunta e participativa deve tornar a Proposta Curricular diversa e, ao mesmo tempo, flexível: pretende-se que ela seja a referência das

---

<sup>2</sup> Os documentos: versão final das referências básicas para organização do trabalho pedagógico das escolas estaduais do RN (RPOTP), dados de avaliação do Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (SIMAIS) e apresentação sobre o Projeto de Inovação Pedagógica (PIP) foram entregues pela SEEC ao final dos encontros.

Rua Dr. Alberto Seabra, 1256/1266 – 05452-001 – São Paulo – SP – Tel. (11) 3145-3700 / (11) 5525-5555

equipes escolares na elaboração de seus currículos (adequando-os, se necessário, às particularidades de cada localidade e/ou modalidade).

## **1.1. Considerações iniciais**

### **A Proposta Curricular e a rede estadual**

Conforme foi documentado no relatório do Produto 1, já validado pela SEEC, a Proposta Curricular em elaboração deve expor, problematizar e sugerir formas de estruturar o currículo das unidades escolares de Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede estadual do Rio Grande do Norte. Além disso, a equipe técnica responsável da SEEC entende que a Proposta Curricular deve ser referencial para as redes municipais de ensino; por isso, pretende incluir a participação de seus representantes nas etapas de sua elaboração.

Assim, a Proposta Curricular apresentará objetivos de aprendizagem e orientações didáticas que são referência para os professores construírem e efetivarem o currículo da sua unidade de maneira a:

- ampliar a atitude reflexiva dos professores e demais integrantes da equipe escolar enquanto planejadores dos ambientes de aprendizagem de crianças, jovens, adolescentes e adultos;
- intensificar a articulação das escolas em torno de diretrizes comuns e de um conjunto de aprendizagens que devem ser promovidas com os estudantes no ambiente escolar;
- criar condições (tempo e espaço) para que cada equipe escolar faça o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de seu Projeto Pedagógico, instrumento que define as aprendizagens que eles buscam garantir aos estudantes a cada ano e etapa da escolarização, e a forma de organização dos ambientes mediadores dessas aprendizagens.

### **Posicionamento em relação à BNCC**

A Resolução CNE/CP nº 02/2017<sup>3</sup>, do Conselho Nacional de Educação, que institui a Base Nacional Comum Curricular como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica, estabelece que:

*Art. 2º As aprendizagens essenciais são definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de os mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências.*

*Parágrafo único. As aprendizagens essenciais compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo das etapas e modalidades de ensino no nível da Educação Básica, como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.*

*Art. 3º No âmbito da BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.*

O conceito de competências ainda é novo para muitos professores no país e tem sido estudado pelos que se ocupam de construções de currículo, quer no âmbito de uma rede, quer no âmbito de uma unidade escolar. Tal estudo já se iniciou na rede estadual do Rio Grande do Norte que tem se pautado pela definição de competências proposta por Sacristán (2011): “uma competência é mais que conhecimentos e habilidades, é a capacidade de enfrentar demandas complexas em um contexto particular, um saber fazer complexo, resultado da integração mobilização e adequação de capacidades, conhecimentos (conceitos, procedimentos/habilidades e atitudes) e valores utilizados de modo eficaz em situações reais”.<sup>4</sup>

A definição de competência reconhece que apropriar-se de novos conhecimentos e habilidades é importante, mas não basta. É preciso que o estudante faça uso deles diante de complexas demandas de determinado contexto. Não basta um estudante saber sobre como operar com porcentagem se ele não aplica esse conhecimento, por exemplo, para entender a dimensão da devastação de determinada floresta e posicionar-se a esse respeito. Dessa perspectiva o estudo deve ir além do

---

<sup>3</sup> A resolução está disponível no seguinte endereço:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192)

<sup>4</sup> Sacristán, José Gimeno. Dez teses sobre a aparente utilidade das competências em educação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Educar por competências. O que há de novo?* Porto Alegre: Artmed, 2011.

Rua Dr. Alberto Seabra, 1256/1266 – 05452-001 – São Paulo – SP – Tel. (11) 3145-3700 / (11) 5525-5555



mero contato com conceitos, valores e habilidades e criar questões desafiadoras com os estudantes.

## 1.2. Princípios Gerais

Em primeiro lugar, entende-se que a função social, política e pedagógica da educação escolar é garantir aos estudantes oportunidades de apropriação de conhecimentos significativos para a investigação e a compreensão da realidade, por meio de diferentes linguagens, para a fruição de apresentações artísticas e, para a participação em eventos com os colegas e na comunidade, em situações que os estimulem à prática do diálogo, da cooperação e da vivência democrática na escola.

A escola, então, é o local onde se efetivam aprendizagens em um ambiente em que as práticas culturais selecionadas pelos professores para serem vividas pelos estudantes no cotidiano dessas instituições devem ser acolhedoras de suas diversidades e promotoras do desenvolvimento de:

- um pensar criativo e autônomo, conforme cada estudante aprende a investigar, opinar e considerar a opinião dos colegas e de outros atores sociais sobre um acontecimento, uma ideia, uma hipótese, uma tecnologia, um conflito etc.;
- uma sensibilidade voltada para o ato criador e para a construção de respostas singulares pelos estudantes;
- uma postura ética de solidariedade e justiça que possibilite ao estudante interagir e trabalhar com a diversidade de pessoas e de relações que caracteriza a comunidade humana, enquanto se posiciona contra a desigualdade, o preconceito, a discriminação e a injustiça.

Em função disso, espera-se que as situações cotidianamente planejadas e executadas nas instituições escolares ampliem as possibilidades dos estudantes para:

- conviver e desenvolver em grupo projetos científicos, literários, esportivos, artísticos, entre outros;
- expressar-se, comunicar-se, reconhecer e criar linguagens;
- ter iniciativa para investigar e buscar soluções para problemas e conflitos;
- compreender como seus valores e sentimentos integram sua forma de conhecer o mundo e responder a problemas, afetando a construção de sua identidade.

Essas possibilidades contribuem na direção proposta pela Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar (CODESE/SEEC) no documento *O que deve ser contemplado pelos referenciais curriculares da rede estadual do Rio Grande do Norte* (Anexo 5):

- Promover um processo eficaz de aprendizagem que rompa com estruturas fragmentadas do conhecimento.
- Garantir uma educação comprometida com a formação integral do sujeito, por meio de um processo de gestão de aprendizagem permeado por valores éticos, políticos e estéticos, e que assegure os direitos de aprendizagens dos alunos.
- Trabalhar na perspectiva da mudança, da abertura e da flexibilidade de respostas em um ambiente marcado por princípios de gestão democrática que assegurem participação, responsabilização e autonomia dos sistemas de ensino.

O desafio que se coloca ao trabalho das equipes escolares com base na BNCC é buscar garantir aos estudantes das diversas etapas e modalidades de ensino da Educação Básica as seguintes competências:

- apropriar-se de conhecimentos sobre o mundo físico, social e cultural;
- exercitar sua curiosidade recorrendo à investigação, à reflexão, à análise crítica, à imaginação e à criatividade;
- reconhecer, valorizar e fruir as diferentes manifestações artísticas e culturais;
- utilizar múltiplas linguagens para expressar-se e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos;
- utilizar tecnologias digitais de comunicação e informação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética;
- entender as relações próprias do mundo do trabalho que possibilitem fazer escolhas alinhadas a seu projeto de vida pessoal, profissional e social;
- formular e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental;
- conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física, emocional, mental e social;
- exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação;

- agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação.
- Utilizar os serviços e recursos da tecnologia assistiva<sup>5</sup> que assegure participação nos diferentes contextos;
- Conhecer a importância de respeitar todas as formas de vida como condição necessária para o equilíbrio dos ecossistemas e sobrevivência humanas. Não há a necessidade do parágrafo que expressa: assegurar... pois já está contemplado na redação inicial.

Assegurar o alcance desses direitos pelos estudantes e com eles é a meta básica do currículo.

## **Currículo**

Hoje várias concepções de currículo disputam espaço no campo escolar. Para possibilitar a coordenação das ações de cada unidade escolar e do conjunto das unidades da rede pública estadual de ensino do Rio Grande do Norte, pode-se considerar a definição dada pela DCN-EB ao currículo:

*“experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir a identidade dos estudantes.”*

Nessa definição, o currículo refere-se às experiências escolares, ou seja, **ao que efetivamente acontece no ambiente escolar**, onde se articulam as vivências e os saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados, experiências estas que marcam sua identidade. Essa concepção difere da ideia de currículo como um roteiro a ser trabalhado pelos componentes curriculares. Dessa forma a Proposta Curricular em elaboração não busca estabelecer um roteiro de ações a ser meramente cumprido pelo professor, mas apresentará grandes marcas, pontos teórico-metodológicos, atitudes básicas para orientar o trabalho docente com turmas dos diferentes anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e suas modalidades, dado que **a escolha das atividades e das experiências a serem promovidas com as crianças, jovens e adultos será do professor e feita de modo articulado com a proposta pedagógica sendo coletivamente construída na unidade escolar.**

---

<sup>5</sup> O termo tecnologia assistiva ou tecnologia de apoio agrupa dispositivos, técnicas e processos que podem prover assistência e reabilitação e melhorar a qualidade de vida de pessoas com deficiência.

O importante é que a contínua constituição do currículo no cotidiano de cada unidade crie um contexto em que os saberes e os conhecimentos sendo trabalhados – considerando dimensões disciplinares, interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares – assegurem uma escola que faça sentido para estudantes, docentes e comunidade. Isso requer novos olhares sobre os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano, a função da escola hoje e o trabalho do professor, **superando a cultura da repetência como caminho para promover aprendizagens.**

O currículo deverá considerar a especificidade das diferentes modalidades de atendimento, incluindo a gestão do tempo e do espaço escolar. Orientações para o tratamento desta consideração farão parte do próximo relatório de trabalho.

## **Aprendizagem e desenvolvimento**

O ser humano age, sente, memoriza, imagina e soluciona problemas à medida que se apropria de modos de operar com a informação, de investigar situações problema, de propor novos problemas, de elaborar e testar hipóteses, de solucionar problemas considerando aspectos socioambientais e econômicos, de posicionar-se ética e criticamente em relação a determinada questão, de fazer uso de certa habilidade, na relação que estabelece com outros indivíduos e com seu meio. Esse ponto evidencia a importância da estruturação de práticas de ação em sala de aula diversificadas e interativas como condição para a ocorrência de aprendizagens significativas, onde os estudantes sejam participantes ativos.

Nas interações com parceiros – não só o professor, mas também colegas e outras pessoas (incluindo autores de livros e outras produções culturais) – em atividades socioculturais concretas (a escrita de um roteiro, a realização de experimento de ciências, a participação em um jogo de vôlei etc.), os estudantes mobilizam seus saberes e suas funções afetivas, cognitivas, motoras e linguísticas, ao mesmo tempo que modificam seus saberes e funções. Novamente se chama a atenção para a construção de ricas estratégias didáticas, com abandono de rotinas desestimulantes de trabalho na sala de aula.

A escola necessita garantir aos estudantes viver situações acolhedoras e desafiadoras que lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade em relação ao mundo da natureza e da cultura, e que incluem o mundo da ciência, da técnica, da política, das artes, das relações sociais, entre outras áreas de produção humana.

O objetivo do trabalho escolar é ampliar os âmbitos da experiência pessoal do estudante e articular sua forma de significar o mundo e a si mesmo com as esferas mais amplas da experiência social sendo continuamente acumulada. Assim, algumas das muitas formas de ação que o estudante pode aprender a fazer em um meio cultural concreto, que é sua escola, são: desenhar um objeto, comparar situações envolvendo superação de dificuldades pessoais, contar histórias, ouvir poemas, observar e investigar como ocorre o crescimento ou a morte de alguns animais, colecionar objetos e separá-los por diferentes critérios, escrever um texto para um episódio da série *Star Wars*, calcular o aumento nos preços de um produto ocorrido em um período de tempo, conhecer as regras de um jogo de basquete, cuidar da própria organização pessoal, preparar um seminário, observar e descrever o funcionamento de um motor, dominar o uso do computador.

Nesse sentido, aprendizagem e desenvolvimento se inter-relacionam. Ao propor novas perguntas, novos motivos e novas tarefas, o processo educativo leva o estudante a procurar os meios necessários para responder à situação, ou seja, a aprender algo novo, usando formas de ação que envolvem percepção, sensibilidade, memória, raciocínio lógico, intuição etc.

## **O processo pedagógico como um campo de construção de experiências**

O destaque hoje dado ao conceito de educação integral considera o estudante como uma pessoa cuja corporeidade, afetividade, imaginação e raciocínio se imbricam na vivência cotidiana. Seu avanço na compreensão de mundo e de si mesmo se faz na constante construção, por ele, de sentidos pessoais em relação ao processo escolar, ou seja, participando das experiências escolares com interesse, ludicidade e comprometimento com sua aprendizagem.

Cabe ao professor compreender as relações que se estabelecem entre os estudantes na construção de conhecimento efetuada nos diferentes espaços e tempos vividos no ambiente escolar, quer seja nas escolas dos centros urbanos, do campo, da comunidade indígena, de quilombolas, dos grupos itinerantes, imigrantes e outros. A formação por parte de estudantes e professores de atitudes que lidem continuamente com crenças e desejos, possibilidades e limites, modos disciplinados ou transgressores de reagir aos ambientes escolares, ou com formas preconceituosas de

lidar com a diversidade humana, amplia as possibilidades de construção de uma escola que faça sentido para todos.

Para tanto as atividades orientadas para a apropriação pelos estudantes de formas produtivas de interagir com os conteúdos científicos (observar relações, medir, argumentar, comparar) e artísticos (perceber, apreciar, fazer, refazer) precisam se articular com o conhecimento cotidiano que eles utilizam e reconhecer como cada um deles se vê mobilizado em relação aos conhecimentos científicos e artísticos.

Nesse processo, cada estudante necessita ter amplas oportunidades de trocar experiências e conhecimentos com os colegas e com o professor. Este, além de ser responsável pela organização de ambientes propícios às aprendizagens, é um parceiro que faz perguntas, aponta elementos a serem observados, ouve dúvidas e hipóteses e incentiva investigações.

Na concepção apontada, a avaliação do processo de ensino-aprendizagem deve considerar os aspectos qualitativos, processuais e formativos. O sentido dela é orientar a ação pedagógica, proporcionando informações que permitam à comunidade escolar analisar, comparar, rever, redirecionar, tomar decisões comprometidas com as aprendizagens dos estudantes.

A avaliação inclui o acompanhamento do processo pedagógico, o monitoramento das aprendizagens dos estudantes, a análise contínua dos resultados e dos impactos das ações realizadas, identificando as necessidades de reconstrução das ações didáticas. Os instrumentos utilizados na avaliação devem ser diversificados e elaborados de forma clara quanto às expectativas de aprendizagem e, principalmente, atender aos critérios previamente estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da escola.

Esta concepção de avaliação da aprendizagem está presente na Portaria nº 1878/2016-SEEC/RN, que considera em seu Art. 3º que a avaliação da aprendizagem escolar orientar-se-á por processo diagnosticador, mediador e emancipador, devendo ser realizada de forma contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período letivo sobre os eventuais exames finais. Para sua execução serão consideradas as vivências cotidianas do estudante no contexto escolar, sua capacidade de criar, seus saberes e suas referências culturais, no processo de apropriar-se dos conteúdos curriculares e desenvolver habilidades, atitudes e valores necessários ao pleno exercício da cidadania (art. 3º § único).

O processo de avaliação da aprendizagem escolar, segundo aquela portaria, será explicitado pela Instituição de Ensino no Projeto Político-Pedagógico, no Regimento Escolar e no Plano Anual da Escola (Art.4º), e incluirá trabalhos teóricos e práticos, aplicados individualmente e em grupo, relatórios, pesquisas, sínteses, portfólios, exposições orais, entre outros, que permitam avaliar o desempenho do estudante (artigo 5º). A avaliação do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental deve acompanhar o desempenho da aprendizagem do estudante sem fins de retenção, e ocorrerá por meio de relatórios analíticos (art. 9º), que sistematizem os avanços e das dificuldades dos estudantes registrados cotidianamente pelos professores, visando ao replanejamento das ações e à elaboração de relatórios semestrais e conclusivos.

### **1.3. Proposta Curricular em elaboração**

Nos encontros dos dias 17 e 18 de janeiro, dando prosseguimento à metodologia de trabalhar em conjunto com a equipe de currículo da SEEC e na tentativa de conhecer as experiências curriculares em andamento na rede estadual, algumas questões foram discutidas:

- Qual currículo está sendo efetivado nas diversas etapas e modalidades de ensino da rede de RN?
- Que avaliação é feita dos projetos pedagógicos implementados anteriormente nesta rede?
- Que expectativa referente ao currículo existe hoje por parte da SEEC em relação às diferentes modalidades (EJA, Educação Especial, Educação do Campo, Indígena, Quilombola, Ribeirinhos e Ciganos)?

Segundo os representantes da SEEC, não há uma unidade curricular na rede estadual: não há documento curricular estruturado, e o planejamento nas escolas fica a cargo de suas equipes. Em muitas unidades, o que orienta o professor é o livro didático.

Embora muitos projetos tenham sido efetivados pelas equipes da SEEC – Projeto de Inovação Pedagógica, Escola Integral em Tempo Integral e Ensino Médio Inovador, entre outros –, eles têm ocorrido em número limitado de unidades escolares. Essa condição deve ser considerada na implementação da Proposta Curricular em toda a rede.

Em relação à Proposta Curricular em elaboração, a reunião nos dias 17 e 18 de janeiro com o GT da SEEC teve por objetivos avaliar a estrutura de apresentação das

aprendizagens para cada ano do Ensino Fundamental em cada componente curricular e levantar sugestões para seu aprimoramento.

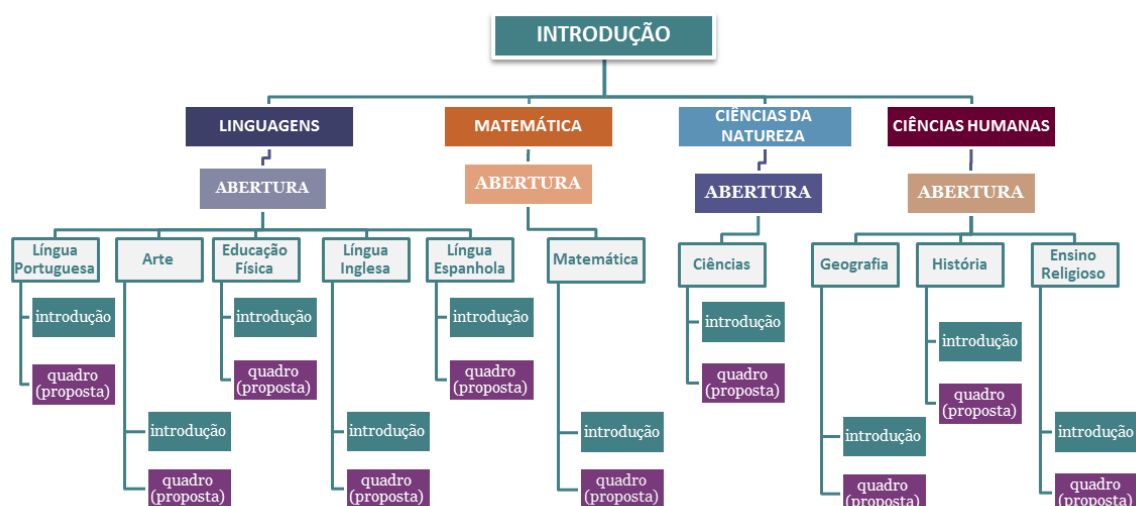
A organização dos objetivos de aprendizagem de cada componente tomou a BNCC como referencial ao mesmo tempo em que buscou acolher as características socioculturais do Rio Grande do Norte, assim como as singularidades das diferentes regiões e escolas, com o propósito de ampliar a significância das aprendizagens e a participação ativa e criativa dos estudantes.

Nos referidos encontros, em função do referencial teórico já exposto, alguns pontos básicos que nortearão a Proposta Curricular foram apresentados, discutidos e validados para integrar a versão preliminar que será apresentada no Produto 3 deste projeto:

- **Organizar ambientes propícios às diferentes aprendizagens nos quais tanto professores quanto alunos se envolvam em atividades investigativas**, bem como o compartilhamento dos resultados dessas investigações, de modo a criar motivos comuns para o processo de aprendizagem.
- **Planejar situações de aprendizagem partindo de questões desafiadoras que estimulem o interesse e a curiosidade científica, estética, ética e artística dos estudantes**, possibilitando definir problemas, levantar, analisar e representar resultados, comunicar conclusões e propor intervenções.
- **Acolher a diversidade e o protagonismo dos estudantes** para fortalecer redes de aprendizagens significativas nas escolas.
- **Relacionar o conhecimento fora da escola com o conhecimento escolar** de modo a articular a forma de os estudantes de todas as modalidades de ensino significarem o mundo e a si mesmos com as esferas mais amplas da experiência social sendo continuamente acumulada.

Além desses pontos, nos encontros presenciais de janeiro, a FCAV apresentou uma sugestão de estrutura para a versão preliminar da Proposta Curricular, que foi discutida e validada pela equipe da SEEC. A estrutura inclui texto introdutório do documento e textos de apresentação para cada área do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas), seguidos pela apresentação das aprendizagens a ser desenvolvidas por componentes:





Em seguida, a equipe da FCAV apresentou uma sugestão para a organização dos conteúdos de cada componente curricular. A equipe da SEEC sugeriu algumas modificações na estrutura, que serão aplicadas já na versão preliminar da Proposta Curricular.

### Detalhamento da estrutura

- **Eixo integrador:** trata-se do conjunto de aprendizagens, por ciclo, que deverá ser tomado como base na elaboração da Proposta Curricular de cada componente. Para Ensino Fundamental, foram apresentados e validados pela equipe da SEEC os seguintes eixos:
  - Crianças e a invenção do mundo (Anos Iniciais);
  - Jovens mudam o mundo (Anos Finais).
- **Tema:** cada componente trará um tema central por ano escolar. O tema deve estar relacionado com o eixo proposto para cada segmento do Ensino Fundamental.
- **Questões de partida:** algumas questões que levam a uma investigação, visto que a aprendizagem de qualquer conhecimento começa com indagações a respeito daquilo que instiga e que ainda não sabemos. Assim, pretende-se propor perguntas que, por um lado, sejam provocativas e promovam a curiosidade e, por outro, possam ser orientadoras para o professor sobre o processo “do que estudar” e “como estudar”. A proposta é que as perguntas sejam escritas de uma forma que também possam ser apresentadas às crianças e jovens, despertando nelas o interesse e o envolvimento em busca de descobertas.

- **Objetivos/Expectativas:** são as balizas dos professores sobre o que se espera que os alunos aprendam no ano escolar. Foram selecionados a partir da BNCC.
- **Conteúdo:** objetos de estudo específicos do componente curricular, que se desdobram a partir do tema.
- **Estratégias didáticas:** sugestões para a condução metodológica e/ou para a abordagem do conteúdo.

Desse modo, a organização dos conteúdos considerará, além da indicação de ano, eixo integrador e tema, quadros com as questões de partida, objetivos/expectativas, conteúdo e estratégias didáticas, como mostra o exemplo da Figura 2:

COMPONENTE CURRICULAR: [Nome do componente]			
Eixo integrador: <b>Crianças e a invenção do mundo</b> (Anos Iniciais)			
<b>Jovens mudam o mundo</b> (Anos finais)			
Tema: [Tema do componente para o ano]			
QUESTÕES DE PARTIDA	OBJETIVOS/EXPECTATIVAS	CONTEÚDO	ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS

- **Figura 2.** Modelo aprovado da estrutura de quadro para os componentes curriculares

Cabe destacar que, ao longo da exposição presencial, os integrantes do GT Currículo indicaram alguns pontos que devem ser levados em conta durante a elaboração da Proposta Curricular:

- Ter clareza de que o **público-alvo** da Proposta Curricular são os professores.
- Reforçar a ideia de que não se trata de definir uma programação, mas **possíveis movimentos de aprendizagem**.
- Considerar que existem maiores dificuldades na transição do 5º ano para o 6º ano.
- Levar em consideração a inovação pedagógica na elaboração do currículo e pensar na interdisciplinaridade.
- Desenvolver especialmente a autonomia do professor na formação continuada, que é de vital importância.

- Discutir o desenho curricular proposto com os docentes e técnicos: é preciso tomar as decisões olhando para sua realidade.
- Abordar assuntos de relevância no contexto do RN que são apontados pelos professores:
  - Seca (semiárido); extinção de espécies da caatinga; conservação do litoral; contaminação do manguezal; devastação do manguezal para fazer viveiros de camarão, tilápia etc.;
  - Economia do Rio Grande do Norte; agricultura familiar como atividade econômica que precisa ser enfatizada dentro das escolas;
  - Cultura afrodescendente;
  - Problemas que tem acompanhado a exploração do turismo: violência, prostituição, drogas, questões sobre sustentabilidade;
  - Pessoas privadas de liberdade;
  - Gravidez na adolescência;
  - Exploração do trabalho infantil.
- Oficinas regionais deverão preparar a rede para a discussão com base em um documento orientador que considere o contexto do Rio Grande do Norte.
- A participação das escolas na elaboração do currículo pode ser feita por meio de uma plataforma *on-line* presencialmente. Conforme o Projeto Executivo, a comissão de elaboração do currículo contará com a participação de dois representantes de cada escola.

### **Questões para equipe técnica da SEEC**

Durante os encontros presenciais, os participantes identificaram questões<sup>6</sup> que precisariam ser analisadas pelo GT Currículo, no intuito de posicionar-se e indicar as diretrizes para o desenvolvimento da Proposta Curricular no Estado. Essas questões foram sistematizadas pela equipe da FCAV e enviadas para a SEEC no dia 25/01/2018. Dentre elas cabem destacar algumas:

### **Posicionamento do grupo quanto à apresentação da proposta**

---

<sup>6</sup> As questões foram enviadas à equipe gestora do projeto da SEEC no dia 25/01/2018, além de constarem neste documento.

- Qual o nível de detalhamento que se espera das sugestões didáticas na proposta?

### **Avaliação**

- No âmbito da escola:
  - Há mecanismos de progressão continuada?
  - Qual o papel da avaliação?
- Avaliação no âmbito da rede:
  - Há processos de avaliação em larga escala pela Secretaria?
    - Se há, o que norteia esse processo?
    - Quais as finalidades dessas avaliações?

### **Ensino Médio**

- Como a rede compreende a noção de *áreas de conhecimento*?
- Há alguma perspectiva de como se pretende priorizar a distribuição das aulas (por componentes curriculares, por área de conhecimento etc.)?
- Sobre os itinerários formativos, como poderão ser organizados? Há prioridades na definição desses eixos para o estado?

### **Integração das redes municipais**

A participação dos municípios tem sido defendida pela Undime. O maior diálogo com os municípios é com relação à alfabetização. O maior fluxo de alunos que chegam ao Ensino Médio provém das escolas municipais. Por isso denota-se mais uma vez a importância de estruturar uma Proposta Curricular da educação básica do Rio Grande do Norte.

- Como ocorrerá a construção do currículo de maneira conjunta com o estado, com os municípios e com a equipe pedagógica da FCAV?

## Parte 2 – Relatório dos cinco encontros formativos

### 2.1. Planejamento e participação

Seguindo o previsto no Termo de Referência, foram organizados cinco encontros de 4 horas de duração para esta etapa. De acordo com as orientações e a disponibilidade da equipe da SEEC, esses encontros ocorreram em três dias: dois com 8 horas de duração e um com 4 horas de duração.

### 2.2. Programação

Para os dois primeiros dias (17 e 18/01/2018), a equipe da FCAV preparou atividades de apresentação, análises em grupo e debates, a fim de alinhar com a equipe de GT Currículo/SEEC o entendimento acerca dos referenciais teóricos e das diretrizes que embasarão a Proposta Curricular para a educação básica do Rio Grande do Norte.

Os objetivos específicos indicados na programação foram:

- retomar os referenciais teóricos sistematizados pelos profissionais da equipe FCAV e aprovados pela SEEC;
- identificar o posicionamento do GT com relação às competências (gerais e de área) da BNCC na Proposta Curricular a ser elaborada;
- conhecer os aspectos mais relevantes do currículo praticado no Estado a serem considerados na Proposta Curricular;
- definir temas integradores para a elaboração da Proposta Curricular;
- apresentar e discutir proposta de organização do documento da Proposta Curricular.

Para alcançar esses objetivos, foi proposta a seguinte programação:

DIA 1 – 17/01/2018				
Tema	Detalhamento	Atividade	Horário	Duração
<b>Abertura</b>	Apresentação dos participantes (Consultora e GT Currículo)	Apresentação	8h30	20 min

<b>DIA 1 – 17/01/2018</b>				
<b>Tema</b>	<b>Detalhamento</b>	<b>Atividade</b>	<b>Horário</b>	<b>Duração</b>
<b>Processo de construção</b>	Retomada: <ul style="list-style-type: none"> <li>• escopo do projeto;</li> <li>• equipe (especialistas e coordenadores de área);</li> <li>• encaminhamento do trabalho técnico feito até o momento;</li> <li>• objetivo deste encontro.</li> </ul>	Apresentação	8h50	30 min
<b>Referenciais teóricos</b>	Retomada dos referenciais teóricos que embasarão a elaboração da proposta curricular.  Reflexão sobre construção do currículo considerando a BNCC.	Apresentação e debate	9h20	90 min
<b>Intervalo</b>			10h50	10 min
<b>Competências das áreas (BNCC)</b>	Análise das competências de áreas: como assegurar essas aprendizagens na proposta curricular em construção?	Análise e discussão em grupos	11h	60min
<b>Almoço</b>			12h	90 min
<b>Experiência curricular da rede pública do RN</b>	Levantamento de dados sobre a experiência curricular na rede do RN nas diferentes modalidades (questões anexadas à pauta).	Trabalho em grupo	13h30	120 min
<b>Experiência curricular da rede pública do RN</b>	Síntese das respostas apresentadas pelos grupos.	Sistematização	15h30	60 min
<b>Encerramento</b>			<b>16h30</b>	

<b>DIA 2 – 18/01/2018</b>				
<b>Tema</b>	<b>Detalhamento</b>	<b>Atividade</b>	<b>Horário</b>	<b>Duração</b>
<b>Abertura</b>	Retomada da síntese do primeiro dia do encontro.	Discussão	8h30	30 min
<b>Estrutura e diretrizes para a proposta curricular</b>	Apresentação de proposta para a estrutura do documento curricular.	Apresentação	9h	90 min
<b>Intervalo</b>			10h30	10 min
<b>Estrutura e diretrizes para a proposta curricular</b>	Análise, debate e sistematização da estrutura e diretrizes para a proposta curricular para o RN.	Debate em grupos	10h40	80 min
<b>Almoço</b>			12h	90 min
<b>Conclusões</b>	Apresentação das conclusões dos grupos a respeito das diretrizes curriculares básicas.	Apresentação	13h30	100 min
<b>Sugestões</b>	Levantamento de opiniões sobre a construção dos currículos nas unidades escolares.	Discussão e sistematização	15h10	80 min
<b>Encerramento</b>			<b>16h30</b>	

No terceiro dia (19/01/18), o objetivo foi organizar as atividades de todo o projeto considerando as necessidades e o escopo de cada etapa.

<b>DIA 3 – 19/01/2018</b>			
<b>Tema</b>	<b>Detalhamento</b>	<b>Horário</b>	<b>Duração</b>
<b>Cronograma e desenvolvimento das atividades</b>	Retomada do cronograma incluindo discussão do escopo das atividades para ajustes da agenda.	8h00	4h

### 2.3. Público

Considerando o propósito dos dois primeiros dias de encontro (17 e 18/01), a equipe da FCAV sugeriu que participassem dos encontros a Equipe de GT-Currículo da SEEC, com educadores representantes de todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental (Matemática, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira – Inglês e Espanhol, Arte, Educação Física, Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso) da rede pública do Rio Grande do Norte, além da equipe pedagógica e de gestão da Consultora.

A SEEC, responsável pela mobilização do público, convidou os seguintes técnicos para participação nos encontros:

SETOR	NOME
CODESE	Lúcia de Fátima Palhano de Oliveira Barbosa
	Manoel Tavares Neto
	José Whollace Moura Banza de Arruda
SUEM	Geralda Efigênia Macedo da Silva
	Rozicleide Bezerra de Carvalho
	Sayonara Rego Fontes
SUEF	Maria Lúcia Soares da Costa Lima Figueiredo
	Teógenes Maria da Silva
SUEJA	Deyse Karla de Oliveira
CORE	Rosangela Maria de Oliveira Silva
NECAD	Glauciane Pinheiro Andrade
SUESP	Maria do Carmo de Souza Severo
NEEPDPH	Magda Benfica Teixeira
SOINSPE	Maria José de Souza Nunes
COEP	Francisca Cristina Silva Sobral
UES	Cleide Alves da Silva

**Quadro 1.** Público convidado pela SEEC

Ao todo, 23 pessoas participaram dos encontros. Destas, 18 eram representantes das equipes da SEEC e quatro da equipe da FCAV. Alguns dos participantes se revezaram entre os dias, de acordo com disponibilidade e pauta do encontro (Anexo C - Lista de presença por dia):



GRUPO	Presença		
	Dia		
	17	18	19
TÉCNICO DA SEEC	16	16	4
FCAV	4	4	2

**Quadro 2.** Síntese da quantidade de participantes, por dia de encontro

## 2.4. Avaliação dos encontros

Ao final, os participantes apresentaram uma apreciação dos encontros dos dias 17 e 18/01: em geral, eles os consideraram produtivos, pois, dentro do tempo disponível, foi possível abranger temas estratégicos para o desenvolvimento do projeto e levantar insumos para o trabalho a ser realizado pela consultora, além de dimensionar a carga e a responsabilidade das ações com que a equipe da SEEC precisa se comprometer ao longo do processo. Entre os depoimentos, destacam-se os seguintes:

*“Esse primeiro encontro foi importante para discutirmos sobre nosso currículo e para a FCAV poder captar o que pensamos sobre o currículo e o que já existe de prática.”*

*“Muito produtivo e instigante, com possibilidades de impactar a rede. E percepção de que há muito trabalho a ser feito.”*

*“O trabalho aqui é de muita responsabilidade e exige muita seriedade! Por isso nossas contribuições não podem ser apenas neste momento, precisamos levar as questões para nosso setor, junto aos nossos colegas. Nossas contribuições precisam ser baseadas em pesquisas documentadas e não em ‘achismo’ de alguns.”*

Alguns desafios para o desenvolvimento foram destacados: a necessidade de articulação entre a equipe da SEEC, o fato de que as referências da BNCC para o Ensino Médio ainda não terem sido publicadas e o envolvimento dos *stakeholders*:

*“Os desafios são enormes, é uma responsabilidade muito grande e minha preocupação maior é com o tempo, devido a nossa dinâmica de trabalho. O projeto é relevante para a prática educacional no Estado e tenho preocupação com a BNCC e os desafios da implementação no Ensino Médio, me preocupo em não se construir um documento que esteja obsoleto ao ser finalizado.”*

*“Vejo a necessidade de continuar nesse grupo de maneira articulada.”*

*“Gosto do trabalho onde temos um momento só nosso em que podemos trocar entre o grupo da SEEC, por isso há necessidade de uma metodologia que preveja um tempo de trabalho do grupo da SEEC. Sugestão: que haja tempo do grupo da SEEC fazer seu trabalho além dos encontros.”*

*“É um momento de aprendizado. Há dificuldade em participação, mas o movimento foi muito proveitoso e provocativo. Provocações de nossas relações estarem mais próximas, de reconhecer a voz da escola e da comunidade escolar ser protagonista nesse movimento que estamos construindo.”*

*“É importante que haja participação dos professores, que chegue o momento de se ouvir os professores. Precisa haver um cronograma interno para a construção do currículo.”*

A metodologia de trabalho proposta pela Consultora foi considerada eficiente por ter provocado reflexões fundamentais do processo de construção do currículo:

*“A dinâmica produtiva a partir de questionamentos que permitiram um diagnóstico do que se pratica na rede.”*

*“Inquietante e bom encontro. Com respeito, no que se refere a parte da FCAV de conduzir e nos deixar a vontade de dizer como pensamos. Também inquietante e bom pensando o processo como um todo, que inclui: chamar parceiros, instituições (Universidades, especialistas, Undime, consultas públicas de determinados temas, mobilização em massa, disponibilização do documento para crítica). Esse primeiro passo que demos foi importante assim como nosso compromisso de priorizar esta ação, para não ficarmos sem nossa fala.”*

Pontualmente, destacou-se sobre manter a perspectiva do currículo em movimento:

*“O processo iniciou há duas gestões passadas, o currículo que estamos escrevendo corresponde às inquietações do momento. No entanto, precisamos entender que é um currículo em movimento no sentido que pode ser atualizado.”*

## **APÊNDICE – Análise dos documentos enviados pela SEEC**

Há muitos projetos de aprimoramento do trabalho pedagógico nas etapas e nas modalidades de ensino sendo efetivados na rede estadual. Neste documento, são levantadas as experiências curriculares propostas na rede. Apresentam-se a seguir a análise dos documentos realizada com as incorporando as observações feitas pelos técnicos da SEEC-RN no encontro presencial de 30 de outubro de 2017.

### **Apresentação dos projetos desenvolvidos pelas equipes da SEEC**

Para orientar o estudo compartilhado com a SEEC-RN (GT-Currículo e/ou outros setores), segue-se um resumo dos projetos apresentados, já adiantando que as concepções teóricas adotadas refletem posições recentes nas áreas, e muitos pontos comuns com o Plano Técnico de Ação deste Projeto.

#### **Educação Integral em Tempo Integral (EITI) no RN**

- Data de apresentação: 2016
- Títulos dos documentos: Educação Integral em Tempo Integral (EITI) e Orientações para funcionamento das Escolas de Tempo Integral (EITI)
- Setor responsável: Subcoordenadoria de Ensino Fundamental (SUEF)

Sistematiza ideias, compreensões e proposições acerca da Educação Integral em Tempo Integral (cuja implantação, assim como organização e funcionamento, foi normatizada pela Portaria nº 211/2016), além de constituir um documento-referência que estabelece marcos legais, diretrizes curriculares, pressupostos pedagógicos e princípios operacionais para o desenvolvimento do Programa em vinte escolas da rede estadual da SEEC em quinze municípios (Natal, Umarizal, Macau, Mossoró, João Câmara, Santa Cruz, Caicó, Currais Novos, Assu, Alexandria, Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Afonso Bezerra, Santo Antônio e Apodi).

Para a Educação Integral em Tempo Integral há metas estabelecidas no PEE para serem atendidas progressivamente até 2025.

Os documentos examinados particularizam uma série de aspectos que operacionalizam melhor sua implementação. Todavia, não se teve acesso a algum relatório avaliativo do alcance das metas e das dificuldades encontradas. Dada sua

potencial contribuição para a definição do presente projeto sob responsabilidade da FCAV, ele será assim apresentado:

### ***Objetivo geral***

Implantar em 10 (dez) escolas públicas de Ensino Fundamental da rede estadual de ensino, o Programa de Educação Integral em Tempo Integral (2016) e, em 2017, ampliar para mais 7 (sete) escolas das demais DIRECs ainda não contempladas, e mais 3 (três) em 2018, observando-se o desejo e a possibilidade de cada escola convidada.

### ***Objetivos específicos***

- Ampliar os espaços e os tempos na escola.
- Propiciar a vivência de um currículo integrado que articule os conhecimentos, os saberes, a cultura e as experiências do educando.
- Promover o desenvolvimento integral dos estudantes, observando suas potencialidades, habilidades e atitudes.
- Ressignificar a prática pedagógica utilizando projetos de trabalhos, a interdisciplinaridade, a transversalidade, a problematização, a investigação científica, as necessidades individuais e coletivas do grupo e o acesso à tecnologia da informação;
- Desenvolver nos estudantes atitude de investigação, busca, pesquisa, crítica, autocrítica, tomada de decisões, relações pessoais e interpessoais, coletiva.
- Realizar oficinas pedagógicas, seminários e fóruns envolvendo a temática Educação Integral.
- Orientar as escolas para redimensionamento do Projeto Político Pedagógico na perspectiva da Educação Integral.
- Convergir programas e projetos da SEEC cujas temáticas sejam saúde, cultura, direitos humanos, educação ambiental, esporte, mídias e tecnologias para o desenvolvimento da Educação Integral.

- Acompanhar, monitorar, avaliar e replanejar junto das DIREED e das escolas as assertivas ou distorções do projeto em execução.

### **Metas**

- Adequar até o fim do ano de 2016 os espaços das escolas como banheiro, cozinha, refeitório, entre outros.
- Criar espaços para descanso ou atividades de lazer pós-almoço, até o fim do 2º semestre.
- Disponibilizar às escolas até o fim do 2º semestre de 2016, colchonetes, armários, sofás, estantes expositoras, Smart TV, climatizadores, entre outros.
- Promover formação continuada até o final de março de 2016 aos professores em Educação Integral em Tempo Integral.
- Orientar e acompanhar o redimensionamento do Projeto Político Pedagógico das escolas até o final do 1º semestre, na perspectiva de Educação Integral em Tempo Integral.
- Sensibilizar de forma contínua professores e alunos a desenvolverem o sentimento de pertença com a Educação Integral em Tempo Integral.
- Substituir progressivamente monitores por professores.
- Acompanhar, monitorar e assessorar as escolas bimestralmente, pelos técnicos da SEEC/SUEF/DIREED.

### **Princípios**

- Direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, compreendendo também a aprendizagem como algo permanente na vida dos indivíduos e não apenas relacionada à fase escolar deles.
- Reconhecimento das múltiplas dimensões do ser humano para o seu desenvolvimento e as especificidades educativas de cada um.

- Ampliação da jornada escolar para um período de 7 horas e 20 minutos diárias, a fim de promover um desenvolvimento humano integral nos diversos contextos educativos.
- Potencialização e ampliação dos espaços e tempos educativos, através de parcerias com instituições sociais e governamentais.
- Acesso à ciência, à tecnologia e a cultura como potencializadores da construção de saberes e conhecimentos.
- Pesquisa, interdisciplinaridade, relação da parte com o todo e do todo com as partes, avaliação diagnóstica e formativa.
- Fortalecimento da parceria entre a escola e a comunidade, assegurando o compromisso coletivo com a construção de um Projeto Político Pedagógico que estimule o respeito aos direitos humanos, ao exercício da cidadania e à promoção da igualdade racial e justiça social.

### ***Estrutura curricular***

A matriz curricular da EITI propõe para as escolas o aumento da carga horária escolar diária para 7 horas e 20 minutos, realizando ampliação qualificada do tempo, composta de atividades diferenciadas no campo das ciências, da cultura, das artes, das tecnologias, entre outras, articuladas aos componentes curriculares e às áreas de conhecimento, bem como às vivências e práticas socioculturais que proporcionam ao educando seu desenvolvimento físico, cultural, afetivo, social, cognitivo e ético.

O Projeto EITI defende um currículo integrado que:

- Considera que nenhum conhecimento é só geral, posto que estrutura os objetivos de produção, nem somente específico, pois nenhum conceito apropriado produtivamente pode ser formulado ou compreendido desarticuladamente das ciências e das linguagens.
- Organiza o conhecimento e desenvolve o processo de ensino-aprendizagem de forma que os conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se pretende explicar/compreender.
- Possibilita ao estudante compreender que não podemos ver só o objeto, mas o que o constitui, bem como, quem ou o quê o

constituiu, as condições sócio-históricas e culturais do objeto em estudo.

- Relaciona os conhecimentos historicamente acumulados com as práticas culturais, políticas e sociais dos indivíduos e da comunidade onde a formação se desenvolve.
- Estimula a participação ativa dos estudantes na construção de conhecimentos diversos, na organização de experiências curriculares contextualizadas e significativas, na promoção de experiências sociais com temas e situações-problema presentes na sua realidade, aprofundando e alargando a compreensão crítico-reflexiva de si próprios e do seu mundo.
- Propõe que a sala de aula e outros espaços e tempos formativos, intra e extraescolares, sejam potencialmente transformados em profícuos ambientes de aprendizagem, relacionando os conhecimentos disciplinares em todas as direções, ajudando os jovens a integrar suas próprias experiências e promovendo a integração social e democrática entre eles.

Dispõe que a interdisciplinaridade e a produção de saberes diversos devem evidenciar:

- a leitura - elemento fundamental de todas as disciplinas;
- o letramento linguístico e matemático;
- a metodologia de ensino pautada na interdisciplinaridade, contextualização, problematização e ressignificação dos conteúdos disciplinares;
- o estímulo às atividades teóricas e práticas nas diferentes áreas do conhecimento;
- o fomento às atividades culturais e artísticas, visando à ampliação do universo cultural do aluno;
- a oferta de atividades integradoras, de modo a contemplar dimensões múltiplas;
- a articulação com o Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Integral em Tempo Integral.

As atividades devem ser desenvolvidas ao longo do dia, dentro do espaço escolar ou fora dele (em espaços distintos da cidade ou do território em que está situada a unidade escolar), de forma integrada e integradora relacionadas com o contexto da escola e com o perfil dos estudantes e o da comunidade escolar.

A **avaliação** é o processo orientador da ação pedagógica, proporcionando informações que permitem à comunidade escolar analisar, comparar, rever, redirecionar, tomar decisões coletivas e contextuais comprometidas com as aprendizagens dos estudantes. O acompanhamento e o monitoramento criam estratégias para viabilizar o programa, examinando continuamente os resultados e impactos das ações realizadas, identificando as necessidades de intervenção. A intervenção cuida da reconstrução de ações que não deram resultados positivos ou que não foram atingidas.

**A organização do espaço** dentro da escola, se possível, deverá ser em salas ambiente, podendo, também, ser pensada para além dos muros da unidade escolar, em espaços socioculturais e socioambientais considerados úteis e funcionais aos propósitos pedagógicos elaborados pela equipe de profissionais.

**Os horários** dos componentes curriculares da Base Comum devem ser intercalados com a parte diversificada, por exemplo: Português, Dança, Matemática, Leitura e Produção Textual, Capoeira. Caso não seja possível, neste primeiro momento, organizar dessa forma, que seja implementado para 2017 ou 2018.

**Os conteúdos** devem pautar-se pelos objetivos de aprendizagem existentes na BNCC e pelas orientações existentes nas diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental de 9 anos, no ementário da estrutura curricular e nos que a escola propõe. As atividades a serem desenvolvidas precisam ver o estudante no seu todo e na perspectiva do aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

**A metodologia** a ser desenvolvida deverá considerar projetos de trabalhos, a interdisciplinaridade, a transversalidade, a problematização, a investigação científica, as necessidades individuais e coletivas do grupo e o acesso à tecnologia da informação.

**A avaliação** deverá ser emancipatória, que se caracteriza por ser processual, diagnóstica, prognóstica, formativa e somativa, partindo da premissa de que todos são capazes de aprender.



A formação continuada e o acompanhamento pedagógico são de responsabilidade da Subcoordenadoria de Ensino Fundamental/SEEC, de forma presencial e a distância para os professores, gestores e técnicos de DIREC, a começar em março de 2016. Mas toda a comunidade escolar deve participar da construção e do desenvolvimento das atividades escolares, assim como da formação dos professores em relação ao cuidar e ao educar.

Em sua estrutura organizacional, além de todos os profissionais para o seu pleno funcionamento, são alocados professores com carga horária suplementar de 10 horas para acompanhar os estudantes na hora da educação alimentar e nutricional e nas dificuldades de aprendizagem, tarefas que são também do diretor e do vice-diretor. O professor efetivo da rede assume sua carga horária de acordo com os respectivos componentes curriculares estabelecidos, podendo contar com a atuação de um monitor como auxiliar na prática de algumas atividades escolhidas pelos estudantes, como: uso de instrumentos musicais, artes marciais, capoeira, entre outras.

### Ensino Médio

- Data de apresentação: 2016
- Título do documento: Orientações Ensino Médio Noturno Diferenciado
- Setor responsável: SUEM

O documento Orientações Curriculares para o Ensino Médio Noturno Diferenciado (EMND 2009) recupera as finalidades do Ensino Médio com enfoque nas dimensões **trabalho, ciência, tecnologia e cultura** na integração curricular. Sua perspectiva é tratar o objeto de ensino e o alinhamento de determinados componentes curriculares em metodologias que envolvam as atividades presenciais e vivenciais/integradoras.

O projeto proporciona o aprofundamento do objeto de estudo que enfatize a relação teoria e prática pelo formato metodológico da pesquisa como princípio educativo (com ênfase na iniciação científica e pesquisa), do letramento e da cultura digital de forma articulada, além de incluir a interdisciplinaridade e a contextualização como possibilidades para integrar as áreas de conhecimento, no Princípio Educativo de formação para a cidadania e mundo do trabalho, como objetivos do Ensino Médio, implementando o Projeto de Integração Curricular (PIC).

As atividades implementadas pelo PIC se referem ao processo de ensino-aprendizagem que ocorre no desenvolvimento entre as atividades presenciais e vivenciais/complementares, a partir da elaboração e da execução de subprojetos por ênfase de áreas do conhecimento, e da escolha dos eixos integradores surgidos em função do diagnóstico das reais necessidades dos estudantes na relação com os conteúdos que precisam ser aprofundados e/ou revisados nos componentes curriculares. Para tanto é necessário que o docente, auxiliado pela equipe pedagógica da escola, compreenda e planeje todos os conteúdos para cada série em que estará lecionando, organizados a partir das aprendizagens dos estudantes e contextualizados em função das necessidades reais destes levantadas por um diagnóstico sistemático, e não pela análise do senso comum.

A pesquisa escolar deverá ser motivada e orientada pelos professores, pois deve implicar sempre uma dúvida ou problema e propiciar o desenvolvimento da atitude científica a partir de questionamentos destinados a todas as áreas de conhecimento.

O estudante deverá ser orientado pelo professor em hora presencial a aprender, interpretar, analisar, criticar, refletir, rejeitar ideias fechadas, argumentar, buscar soluções e propor alternativas potencializadas pela investigação, bem como a responsabilização ética quando assumidas diante de questões políticas, sociais, culturais e econômicas.

Continua o documento:

*“O Ensino Médio Noturno Diferenciado constitui-se de horas presenciais e vivenciais integradoras (atividades resultantes das orientações advindas das aulas presenciais e que serão desenvolvidas em espaços educativos quer sejam dentro ou fora da escola e cumpridas observando pontuações classificatórias pelo alcance de competências) – participação, observação, compreensão, análise, argumentação, raciocínio lógico, sistematização de esquemas de classificação e criatividade – advindas da realização de estratégias metodológicas orientadas em sala de aula e recomendadas como vivenciais no cotidiano, também deverão ocorrer por meio de subprojetos com ênfases nas quatro áreas de conhecimento e os eixos integradores no Projeto de Integração Curricular – PIC, alcançando o ápice de desempenho dos estudantes na mostra científica literária no final do ano letivo”.*

O documento do EMND apresenta uma série de instruções detalhadas para orientar as escolas em relação a planejar, acompanhar e avaliar as atividades, desde o diagnóstico feito pela escola que “necessita elaborar um diagnóstico da situação real vivida e analisar o perfil desse aluno do noturno, suas possibilidades, suas expectativas, suas necessidades escolares e seu cotidiano”, a sistematização do Projeto de Integração Curricular (PIC), a partir do diagnóstico do estudante, conteúdos e subprojetos – eixo integrador, bem como as aulas vivenciais integradoras. São especificadas as atribuições do Orientador Pedagógico no planejamento e no controle das atividades desenvolvidas na sala de aula.

O Planejamento tem caráter participativo em cada unidade escolar, sendo que a organização do trabalho coletivo da unidade escolar inclui três fases: **Preparação**, **Acompanhamento** e **Revisão**, que são descritas junto com quadros de registro das atividades, prazos e responsáveis.

Sobre a **avaliação**, assim se coloca o documento: “A melhoria das ações educativas passa necessariamente por revermos as práticas avaliativas e discutir a concepção de avaliação instalada no espaço escolar. Para que isso ocorra, é necessário que os critérios avaliativos estejam em consonância com os objetivos, conteúdos, metodologias e os instrumentos que norteiam o processo de avaliação”. Considera ainda que a avaliação não é responsabilidade apenas de um indivíduo, mas de todos que compõem o espaço escolar.

Conforme a Portaria nº 1033/2008/SEEC/RN, são considerados instrumentos de avaliação de aprendizagem os trabalhos teóricos e práticos, aplicados individualmente e em grupo (**testes, provas, projetos, pesquisas, relatórios, seminários, exposições orais, portfólios**, entre outros), adequados ao componente curricular. A avaliação pensada para o currículo do noturno obedece aos mesmos critérios para a promoção e recuperação, seguindo a Portaria nº 1033/2008.

- Data da apresentação: 2017
- Título do documento: Diretrizes Estaduais do Promédio
- Setores responsáveis: SUEM e SUEP

Em relação ao Ensino Médio:

- Sua identidade define-se na superação do dualismo entre propedêutico e profissionalizante.

- Deve assumir formas diversas e contextualizadas, tendo em vista a realidade brasileira.

Em 2013, a SEEC iniciou um movimento coletivo por meio de um Fórum que envolveu professores, coordenadores e gestores para discutir o Currículo do Ensino Médio, identificando necessidades formativas dos docentes.

A concepção de educação integral assumida no currículo do EM pressupõe que todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares, em uma escola pensada como uma comunidade de aprendizagem, “voltada para os saberes comunitários e para uma escuta sensível da complexidade existente entre o que ocorre dentro e fora dos muros escolares” (p. 20). Com base nisso,

*“a SEEC-RN está elaborando o currículo do Ensino Médio a partir de alguns pressupostos da Teoria Crítica ao questionar o que pode parecer natural na sociedade: desigualdades sociais, hegemonia do conhecimento científico em relação a outras formas de conhecimento, neutralidade do currículo e dos conhecimentos, busca de uma racionalidade emancipatória para fugir da racionalidade instrumental, procura de um compromisso ético que liga valores universais a processos de transformação social”.*

Considera a imprescindibilidade pedagógica e política de definir referenciais curriculares comuns, diretrizes gerais para a Rede Estadual [...]. No entanto considera que o currículo na ação diz respeito a representações, valores, papéis, costumes, práticas compartilhadas, relações de poder, modos de participação e gestão etc., devendo a realidade de cada grupo, de cada escola, ser tomada como ponto de partida para o desenvolvimento curricular. Isso favorece uma aproximação entre o conhecimento universal e o conhecimento local em torno de temas, situações-problema, hipóteses e teorias que podem ser trabalhadas como projetos pedagógicos.

## Educação de Jovens e Adultos

- Data de apresentação: 2008
- Títulos dos documentos: Diretrizes orientadoras para a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (2008); Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Ensino Fundamental – Anos iniciais e finais – Diurno – Estrutura Curricular (2017) e Ensino Médio – Diurno e noturno – Estrutura Curricular (2017)
- Setores responsáveis – SUEJA e Subcoordenadoria de Organização e Inspeção Escolar (Soinspe)

O documento apresentado:

- a. Defende uma política para a Educação de Jovens e Adultos que possibilite a inserção dos estudantes de forma efetiva na sociedade atual, e entende educação como direito fundamental de aprender e de ampliar conhecimentos ao longo da vida.
- b. Descreve a demanda existente: em sua maioria, por pessoas do sexo masculino, na faixa etária entre 15 a 60 anos, algumas delas com filhos, oriundas das etapas anteriores da Educação de Jovens e Adultos ou mesmo do sistema regular de ensino, contando alguns anos de afastamento do meio educacional e índice significativo de distorção idade/série. Nos últimos anos aumentou consideravelmente a quantidade de jovens que procuram a EJA pela vantagem de concluir o ensino básico em curto tempo para concorrer ao vestibular, participar de concursos públicos ou viajar para as regiões Sul e/ou Sudeste a procura de trabalho.
- c. Aponta que o cotidiano de trabalho em que se encontra a maioria dessas pessoas faz oportuna a oferta de vagas no turno noturno, para permitir a frequência ao ambiente escolar. Ressalta que o cansaço proveniente das horas trabalhadas é um dos grandes motivos de evasão.
- d. Considera que a reconstrução do conhecimento ocorre a partir do desenvolvimento de competências que possibilitam ao educando apreender o contexto, estabelecer relações entre o que está sendo estudado e os fatos que estão acontecendo nos âmbitos local, regional, nacional e mundial. Esse exercício intelectual favorece a aprendizagem de resolução de problemas e o

desenvolvimento da criatividade, ao mesmo tempo que contribui para a formação do pensamento crítico desses educandos, que, em sua maioria, já são adultos inseridos no mundo do trabalho e têm constituído diferentes saberes em resposta às necessidades da vida.

- e. Informa que a maioria dos professores apresenta formação específica para a função que desenvolve e atua na área curricular na qual se formou (52,5%). Pequena parcela concluiu o nível de pós-graduação (3,2%) e cerca de 14,5% dos docentes ainda não possui o nível de graduação (estagiários e os que possuem apenas o curso de Magistério). Na totalidade desses docentes, 55,7% tem atuação correspondente ao necessário, contrapondo-se aos 44,3% que, apesar de contar com muitos profissionais já graduados, não evidenciam um trabalho relativo ao almejado, seja por ministrarem componentes curriculares distintos de suas graduações, seja por não possuírem o curso de licenciatura fundamental à atuação docente nesse nível de ensino.
- f. Aponta como desafio construir um espaço escolar interativo e dinâmico, no qual educadores e educandos encontrem-se como sujeitos para provocar e produzir conhecimentos relativos a saberes diversos.
- g. Defende que, conforme ditam os Parâmetros Curriculares Nacionais para a EJA, a metodologia de trabalho não deverá centrar-se apenas nos processos de leitura e escrita, mas deve propiciar condições favoráveis para o despertar de uma consciência crítica, oportunizando a vivência de condições pedagógicas voltadas à construção do saber coletivo, em que a análise de problemas, situações e acontecimentos se faz dentro de um contexto abrangente, em que tanto os conhecimentos organizados no currículo quanto as experiências social, cultural e laboral dos aprendizes sejam considerados, objetivando desenvolver um processo gradativo de capacitação do educando para compreender e agir sobre essa realidade.
- h. Reconhece que do mesmo modo o educador vai vivenciar uma nova proposta pedagógica e ressignificar o trabalho na sala de aula e no espaço escolar numa perspectiva interdisciplinar, que exige uma postura reflexiva e prática frente ao conhecimento, superando a

divisão do saber, de modo a alcançar a compreensão global da realidade. Isso vai exigir novas competências do educador para reorganização do saber e produção de um novo conhecimento a partir de eixos temáticos que possam concentrar as diferentes áreas do conhecimento, possibilitando a integração do ensino, inclusive, em seus aspectos metodológicos.

- i. Destaca os seguintes Temas Transversais – Ética, Cidadania, Meio Ambiente, Orientação Sexual e Pluralidade Cultural, que devem ser adaptados às particularidades e às necessidades de cada região ou até de cada espaço escolar, permitindo o surgimento ou a definição de outras questões ou novos temas básicos. Tais eixos temáticos orientam o planejamento didático-pedagógico e encaminham a compatibilização das diferentes áreas e disciplinas, de maneira a conduzir as atividades de aprendizagem em direção ao desenvolvimento de habilidades fundamentais em um processo interdisciplinar, em uma perspectiva em que a noção de conteúdos se amplia para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes.
- j. Destaca o trabalho educativo para o Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos defendendo uma educação que busque a superação das carências e considere a realidade em que vivem os educandos, para evidenciar conhecimentos científicos que lhes possibilitem evoluir em suas concepções de mundo e de vida, que contemplem os saberes por eles já dominados, permitindo-lhes uma articulação significativa entre suas vivências e as novas descobertas proporcionadas pelo ambiente escolar, despertando o gosto pelo estudo e a busca permanente pela produção de novos e consistentes conhecimentos.
- k. Enfatiza que para o Ensino Médio os componentes curriculares devem ser desenvolvidos de maneira integrada em situações de aprendizagem que possibilitem continuamente a articulação das experiências do cotidiano com os conhecimentos sistematizados.
- l. Compreende a avaliação como conjunto de ações contínuas e sistemáticas para subsidiar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica, e deve ser desenvolvida por meio da interpretação qualitativa do conhecimento construído pelo aluno, pelo exame de

seu trabalho escrito e de outras formas de representação resultantes de atividades didático-pedagógicas realizadas em sala de aula.

- m. Orienta que a avaliação sirva para que o educador faça uma reflexão sobre a sua prática e sobre os pontos que necessitam ser revistos e ajustados para a melhoria do processo de aprendizagem, e para o educando ter um instrumento de tomada de consciência de suas conquistas e dificuldades, reorganizando seu processo de aprender. Assim a avaliação assume o caráter diagnóstico, tendo como ponto central o progresso dos educandos em cada fase do conhecimento, sem exigência de respostas iguais de todos os educandos.
- n. Apresenta uma matriz de competências e habilidades por componente e considera que cabe ao educador estudar e analisar o que vai apresentar e propor aos educandos, desde os conteúdos sugeridos nas Diretrizes Orientadoras até a verificação da sua aprendizagem.
- o. Defende que a adaptação dos conteúdos, a escolha da metodologia do ensino, os recursos didáticos, a forma de avaliação requerem do educador competências e espírito crítico para garantir aos educandos a apropriação dos conhecimentos de forma significativa e adequada às exigências do contexto atual.

### Educação Especial

- Data de apresentação: (no aguardo de documento específico elaborado pela SEEC)
- Nome dos documentos recebidos: Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial – Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 e Diretrizes para elaboração do regimento escolar – 2013; Resolução nº 3/2016 – CEB/CEE/RN; Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; Política de Educação Especial na perspectiva da orientação inclusiva (BRASIL, 2008); Orientações para implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da orientação inclusiva (BRASIL, 2015)
- Setor responsável: SUESP

De posse dos documentos recebidos, foi possível apontar alguns pontos para integrar a construção da Proposta Curricular no presente projeto:



- Os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ser matriculados nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.
- O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem, com utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços.

Dentre outras atribuições, cabe ao AEE:

- orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve garantir aos alunos público-alvo da Educação Especial:

- Material didático adequado às suas necessidades.
- Processo de avaliação do estudante com necessidades educacionais especiais de acordo com a especificidade de cada deficiência e as normas contidas no Regimento Escolar:
  - Para o estudante com deficiência auditiva, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é considerada como primeira língua, na produção escrita, e a Língua Portuguesa se constitui em uma segunda língua.

- O estudante com deficiência visual tem como apoio, no processo de leitura e escrita, o código Braille, cuja tradução é feita pelo próprio educador ou por uma instituição de apoio.
- Ao estudante com baixa visão será garantida a escrita na fonte adequada a sua capacidade visual ou o apoio do leitor e escriba.
- No processo avaliativo do estudante com deficiência intelectual são observados os critérios dispostos em grau de prioridade: idade cronológica, maturidade física e social, experiência de vida e aprendizagem escolar.
- Na avaliação do estudante com deficiência física são respeitados os limites impostos pela deficiência.
- Para o estudante com transtornos funcionais específicos serão observados os critérios de flexibilização do tempo, do currículo e com apoio do professor de sala de aula, da sala de recursos multifuncional, professor itinerante ou de outro profissional do quadro da Escola, quando se fizer necessário.
- A avaliação do desempenho escolar do estudante com necessidades educacionais especiais tem uma abordagem diagnóstica suprimindo o caráter classificatório.

A Escola deve oferecer novas oportunidades de aprendizagens ao estudante público-alvo da Educação Especial que demonstrar baixo rendimento escolar no decorrer do ano letivo, por meio de recuperação contínua e paralela.

## **Contribuições para o desenvolvimento de uma Proposta Curricular**

*Trazidas pelas comissões constituídas na  
SEEC-RN sobre Diretrizes e Matrizes Curriculares.*

O desenvolvimento de projetos em vários segmentos da Educação Básica, com base em orientações da SECADI-MEC, foi privilegiado na rede estadual do Rio Grande do Norte nas últimas gestões, viabilizando vários projetos curriculares para as etapas e modalidades. Percebe-se um esforço por trazer para a rede pública de ensino do Estado novas possibilidades de enfrentamento dos problemas escolares.

Analisar o conjunto de políticas curriculares hoje sendo implementadas na rede de ensino do Rio Grande do Norte é um ponto de partida significativo para a construção da Proposta Curricular em andamento, com esperadas contribuições para o trabalho do professor e a aprendizagem dos estudantes. Para tanto, analisaremos as diretrizes de cada um dos projetos em andamento e construiremos pontos comuns que sustentem tanto suas especificidades quanto a unidade que pode perpassar todos eles, no sentido de aprimorar as condições de aprendizagem oferecidas ao conjunto de estudantes da rede pública de ensino como um todo.

Todavia, segundo os responsáveis pelos diferentes projetos, há pouca integração entre eles, pouca troca entre as equipes e não há avaliações sistematizadas. Outro ponto que se evidencia do conjunto dos projetos examinados é a segmentação que eles efetivam no conjunto da rede de ensino. A abrangência de cada um deles é setORIZADA quer pela população-alvo (por exemplo, quilombolas, estudantes de EJA, do Campo e da Educação Especial), quer pela seleção de algumas escolas para fazer acontecer determinado projeto. Se por um lado isso pode garantir atender quem deve ser atendido em função de determinado critério, por outro o risco está em isolar grupos e segregar saberes de uma comunidade sem valorizar a troca de saberes que enriquece e amplia a visão de mundo dos estudantes. Um movimento que articule saberes, valores e necessidades locais com saberes, valores e necessidades que circulam em âmbitos mais abrangentes pode garantir uma formação mais crítica.

A Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, rompendo com visões reducionistas que privilegiam a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Ela deve priorizar a construção de processos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os

interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, o que requererá a superação da fragmentação disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, garantindo o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende.

No sentido de construir uma visão integradora, os técnicos presentes ao encontro de 30 de outubro de 2017 na SEEC, com representantes da FCAV, destacaram um ideal de escola que valoriza a organização, o respeito, a segurança, o diálogo, o prazer, a disciplina com afeto, o resgate de valores e o amor aos professores. Uma escola que olhe para as dificuldades dos alunos, adote uma perspectiva construtivista do processo de aprendizagens significativas, interdisciplinares. Desse conjunto, ressaltaram **a organização e a disciplina com afeto, a flexibilidade em relação aos ritmos e interesses dos alunos e uma escola que promove a aprendizagem de todos, sem excluir alguém**. Nessa perspectiva a definição de escola e de organização curricular passa pela gestão de toda a equipe docente dos ambientes de aprendizagem.

O documento *Referências Básicas para a Organização do Trabalho Pedagógico das Escolas Estaduais do Rio Grande do Norte*, em processo de finalização pela SEEC-RN, relatando a pesquisa realizada em 40% das escolas pertencentes às 16 DIRECs junto a estudantes, diretores, coordenadores e professores, reforça os pontos levantados nesse encontro e chama a atenção para a gestão do Projeto Político Pedagógico de cada escola como requisito para melhoria do processo escolar. Isso deve implicar

“modificações que devem ser feitas na sua estrutura, formas de gestão, ambientes, espaços, materiais, tempos, conteúdos, saberes, metodologias, objetivos, planejamento e avaliação, para que o estudante se sinta incluído neste ambiente, e sobretudo, perceba o ambiente como acolhedor e prazeroso, propício a construção de novos conhecimentos”. (*Documento Preliminar RBOTP, p. 11*)

## **Orientações em relação ao Ensino Fundamental**

O **Ensino Fundamental – Anos iniciais** é uma etapa em que se faz a necessária articulação e progressiva sistematização das experiências vivenciadas na Educação Infantil e o desenvolvimento, pelos estudantes, de uma atitude ativa na construção de conhecimentos ocorrendo em situações lúdicas de aprendizagem, mobilizando operações cognitivas cada vez mais complexas e ampliando a

sensibilidade de todos para apreender o mundo, expressar-se sobre ele e nele atuar. Dada a faixa etária da população atendida, é uma etapa em que vínculos com os professores, com os colegas, com a própria escolaridade devem ser estabelecidos. Aprender a organizar-se, a localizar-se em relação às regras escolares e a registrar eventos e demandas feitas pelo professor devem se iniciar no primeiro ano.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como objetivo garantir amplas oportunidades para que os estudantes se apropriem do sistema de escrita alfabética no envolvimento em práticas diversificadas de letramento ocorrendo nas diferentes áreas do conhecimento. Nos demais anos do Ensino Fundamental – Anos iniciais, o foco será a consolidação das aprendizagens anteriores e a ampliação das práticas de linguagem, de investigação e da experiência estética e intercultural dos estudantes, o fortalecimento de sua autonomia intelectual e a compreensão de sistemas mais amplos que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as ciências, com as tecnologias e com o ambiente.

Ao longo do **Ensino Fundamental – Anos finais**, os estudantes enfrentam desafios mais complexos: desde a presença de vários professores até a necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às áreas, retomando e ressignificando as aprendizagens do Ensino Fundamental – Anos iniciais, para aprofundar e ampliar seus repertórios e fortalecer sua autonomia para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos e fontes de informação.

## **Orientações em relação ao Ensino Médio**

No Ensino Médio, etapa final de Educação Básica, consolidam-se e aprofundam-se os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental. O estudante prossegue seu aprimoramento como pessoa humana, preparando-se para o mundo do trabalho. O foco é que essa etapa da Educação Básica contribua para a formação de opiniões autônomas, dando continuidade às habilidades e aos valores trabalhados no Ensino Fundamental, apoiando os estudantes a tomar decisões cada vez mais complexas.

Nessa direção, o currículo deve aliar os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos com um aprofundamento da sensibilidade para avaliar seus

impactos nas relações humanas, na produção artística, relacionando teoria e prática. Assim, os estudantes poderão se apropriar de instrumentos para fazer suas próprias escolhas e construir um projeto de vida, o que inclui formação ética e desenvolvimento de autonomia intelectual e de postura crítica no exercício da cidadania, como dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (BRASIL, 2012, artigo 5º).

## **O que os projetos de ensino em andamento têm a dizer em relação à Construção Curricular?**

O Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), tal como aconteceu em vários estados brasileiros, foi adotado nos últimos anos como orientação central para as escolas de Ensino Fundamental – Anos iniciais do Rio Grande do Norte e trouxe contribuições no que diz respeito à formação docente. Porém, uma análise mais apurada de seus resultados está sendo aguardada.

Os objetivos de outro projeto direcionado ao Ensino Fundamental – **Educação Integral em Tempo Integral (EITI)** – são:

- promover o desenvolvimento integral dos estudantes, observando suas potencialidades, habilidades e atitudes, estimulando a construção de atitudes de investigação, busca, pesquisa, crítica, autocrítica, tomada de decisões, relações pessoais, interpessoais e coletivas;
- propiciar a vivência de um currículo integrado que articule os conhecimentos, os saberes, a cultura e as experiências do educando;
- ampliar os espaços e os tempos na escola e desenvolver projetos de trabalhos marcados pela interdisciplinaridade, transversalidade, problematização, investigação científica, atendimento às necessidades individuais e coletivas do grupo e acesso à tecnologia da informação;
- redimensionar o Projeto Político Pedagógico na perspectiva da Educação Integral, incluindo temáticas como saúde, cultura, direitos humanos, educação ambiental, esporte, mídias e tecnologias.

Tais objetivos atendem bem os princípios gerais apresentados neste documento para nortear o presente projeto e podem orientar o conjunto das escolas de **Ensino Fundamental** do Rio Grande do Norte. Dessa forma, impõe-se perguntar: Em que medida os objetivos propostos dependem da ampliação do tempo? Ou eles estão mais ligados a uma perspectiva de educação que deve perpassar todas as etapas e modalidades pedagógicas? Por vezes é proposto um novo projeto com posições mais progressistas e pouco se faz para rever e mudar velhas práticas escolares presentes no conjunto das escolas.

O documento **Diretrizes Estaduais do Pró-Médio**, elaborado pela SUEM e SUEP da SEEC-RN, destaca as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura em metodologias que envolvem atividades presenciais e vivenciais integradoras, tomam a pesquisa como princípio educativo (com ênfase na iniciação científica e pesquisa), tratam o letramento e a cultura digital de forma articulada, e a interdisciplinaridade e a contextualização como possibilidades para integrar as áreas de conhecimento. São destacadas a elaboração e a execução de subprojetos por ênfase de áreas de conhecimento. O documento também indica que a escolha dos eixos integradores deve ser feita em função do diagnóstico das reais necessidades dos estudantes com relação a conteúdos dos componentes curriculares que precisam ser aprofundados e/ou revisados. Tais pontos são valiosos, e nos estimulam a pensar como implementá-los na rede de ensino, cujos problemas de evasão e de rendimento escolar são grandes.

Reconhecendo que o problema em relação ao Ensino Médio é geral no país, tem-se que valorizar e fazer avançar a série de ações em andamento no Rio Grande do Norte: implementação do **Projeto Pró-Médio** em todas as escolas, implantação dos **projetos #QueroAprender** e **Jovem de Futuro**, do **Programa de Fomento às Escolas de Tempo Integral**, do **Projeto Ensino Médio Noturno**, do **Programa de Apoio Pedagógico para Língua Portuguesa e Matemática**, **Feiras de Ciências**, além de programas de formação continuada dos professores.

O Programa **Ensino Médio Noturno Diferenciado** reúne atividades resultantes das orientações advindas de aulas presenciais desenvolvidas em espaços educativos dentro ou fora da escola, e o alcance de competências – participação, observação, compreensão, análise, argumentação, raciocínio lógico, sistematização de esquemas de classificação e criatividade – advindas da realização de estratégias metodológicas orientadas em sala de aula e recomendadas como vivências cotidianas. Tais atividades se efetivam por meio de subprojetos com ênfase nas quatro áreas de

conhecimento e nos eixos integradores do Projeto de Integração Curricular – PIC, alcançando o ápice de desempenho dos estudantes na mostra científica literária realizada no final do ano letivo. Um relatório dessa mostra poderia ajudar a ver pontos alcançados, a porcentagem de estudantes envolvidos e os recursos materiais empregados.

Uma análise do material recebido em relação ao Ensino Médio como um todo pode ser alinhada com uma linha pedagógica geral e questões de gestão escolar. Contudo, um olhar mais aprofundado sugere dois pontos de dificuldades: um diz respeito a questões econômico-sociais do estado e do país como um todo, que profundamente afetam a realidade das escolas, dos estudantes e dos professores, sem contar com a ausência de professores com formação específica em várias áreas e componentes curriculares. O outro ponto, mais afeito às responsabilidades das escolas, é a inadequação curricular, em termos de seleção de conteúdos e estratégias pedagógicas. A possibilidade aberta com a finalização e a aprovação da BNCC pelo CNE pode representar um importante elemento para repensar o currículo do Ensino Médio.

Em relação à **Educação Especial**, que integra a educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico da escola, os documentos apontaram para a preocupação com a efetivação dos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para compor o esperado quadro de atendimento à população-alvo desta modalidade de ensino: estudantes com deficiências, com transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação. Todavia, no que se refere ao atendimento escolar em classes regulares, é conveniente que o planejamento curricular em cada unidade escolar inclua propostas que garantam a esses estudantes os direitos educacionais expressos na BNCC, dentro de um clima de valorização da diversidade.

A adequação metodológica na sala regular para atender ao público-alvo da Educação Especial, garantindo maior acessibilidade aos conteúdos trabalhados ao longo do processo de escolarização, é uma tarefa desafiante na maioria das salas de aula, dadas suas condições de espaço físico, de grande número de estudantes, dentre outros entraves. O trabalho requer pensar em processos de gestão escolar envolvendo toda a equipe de educadores da escola e os técnicos do sistema de ensino, identificando e eliminando barreiras que dificultam ou impedem seu acesso às aprendizagens escolares, com especial atenção à acessibilidade aos espaços, aos materiais e à comunicação. De toda maneira, a formação continuada dos professores



é prioritária na rede em geral e nas escolas em que a inclusão esteja com mais dificuldades de se efetivar.

A **Educação de Jovens e Adultos**, assegurada a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade adequada, incluindo aqueles em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, propõe que, na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, se considere as situações, os perfis e as faixas etárias dos estudantes. Os cursos de EJA devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que seja rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a garantir o exame de conteúdos significativos para jovens e adultos e atenção individual às diferentes necessidades desses estudantes no processo de aprendizagem. O foco deve ser a efetivação de atividades diversificadas e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, que enriqueçam o percurso formativo dos estudantes e lhes agreguem o gosto pelo estudo, a busca permanente pela produção de novos e consistentes conhecimentos para compreender e agir sobre a realidade e competências para o trabalho.

O relatório da SUEJA descreve a demanda existente: em sua maioria, pessoas do sexo masculino, na faixa etária entre 15 e 60 anos, algumas delas com filhos, oriundas das etapas anteriores da Educação de Jovens e Adultos ou mesmo do sistema regular de ensino, contando alguns anos de afastamento do meio educacional e índice significativo de distorção idade-série. Contudo, a ausência de dados que exponham os resultados dos esforços feitos pela SUEJA prejudica que se tenha uma compreensão mais abrangente da atuação dessa importante modalidade de ensino.

O trabalho de construção de Proposta Curricular ora em andamento muito se beneficiaria de informações sobre como as programações de EJA garantiram a igualdade de direitos e as oportunidades educacionais a seus estudantes, quais foram seus resultados em termos de níveis de aprendizagem efetivados e que tipo de acompanhamento foi feito para os estudantes que apresentaram problemas de desempenho escolar. Outros questionamentos a considerar são: Quais práticas pedagógicas foram planejadas em função da população atendida e que resultados foram atingidos? Como os Temas Transversais foram considerados nas classes de EJA?

A **Educação do Campo**, destinada ao atendimento às populações rurais em suas variadas formas de produção da vida (agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária,

quilombolas, caiçaras, indígenas e outros), assenta-se no princípio de respeito às diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura, suas tradições, e às identidades dessas populações adotando formas alternativas de organização de tempos e espaços escolares com flexibilização e adequação no calendário, nos agrupamentos etários e na organização de tempos, atividades e ambientes.

Como componente que assume hoje maior visibilidade nas políticas curriculares do país, a Educação do Campo aparece de modo tímido nos relatórios recebidos, mas que fizeram menção a experiências exitosas dos anos iniciais do Ensino Fundamental de quinze escolas do campo: cinco de Nísia Floresta, duas de Mossoró, duas de Jucurutu, duas de Parelhas, uma de Currais Novos, uma de Caicó, uma de Baraúna e uma de Governador Dix-Sept Rosado. As temáticas dessas experiências referem-se a ecologia, sustentabilidade e trabalho no campo, se colocando, portanto, alinhadas com as diretrizes gerais da modalidade. Há que se considerar que é preciso discutir o sentido da educação em zona rural e da educação do campo, tal como descrito acima. Traduzem práticas pedagógicas idênticas?

A **Educação Escolar Indígena** e a **Educação Escolar Quilombola** requerem “pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade/povo”, devendo as escolas ser organizadas de modo a respeitar: o contexto sociocultural de cada povo indígena e de cada grupo afrodescendente; os modos como cada comunidade organiza os tempos e os espaços escolares; e suas formas de conceber e consolidar conhecimentos, uma vez que nesses processos estão sendo construídas identidades. O Projeto Político Pedagógico dessas escolas deve ser elaborado coletivamente de forma autônoma pelas respectivas comunidades, valorizando os saberes e a história de cada povo, inclusive sua memória oral, articulando-os aos demais saberes produzidos por outras sociedades humanas. O essencial é respeitar o direito de aprender dos estudantes das diferentes etnias, reconhecendo as dimensões cognitivas, afetivas e emocionais de seu desenvolvimento, inclusive físico e motor, com base em suas características sócio-históricas.

Trata-se de duas modalidades de ensino que atendem as necessidades de populações que lutam para se integrar à sociedade, mas de forma autônoma, recebendo influências culturais e ao mesmo tempo preservando suas raízes históricas. Mais uma vez a questão da formação docente é elemento de entrave para o avanço das aprendizagens nessas modalidades.

Além dessas orientações, deve-se reconhecer as especificidades de cada modalidade.

As propostas curriculares para a **Educação Indígena** devem proporcionar uma relação viva com os conhecimentos, as crenças, os valores, as concepções de mundo e as memórias de seu povo; reafirmar a identidade étnica e a língua materna como elementos de constituição dos estudantes, dar continuidade à educação tradicional oferecida na família e articular-se às práticas socioculturais de educação e cuidado da comunidade; adequar calendário, agrupamentos etários e organização de tempos, atividades e ambientes de modo a atender as demandas de cada povo indígena.

As **escolas quilombolas** devem adequar o currículo às peculiaridades de cada quilombo, observando diferenças climáticas, econômicas e culturais, além de incluir datas consideradas marcantes para a história da comunidade, sem comprometer o número de horas previstas pela LDB para o ano letivo. O currículo para as escolas quilombolas, de acordo com a Resolução nº 8, de 2012, em seu artigo 35, obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, deverá tratar do conceito de quilombo e sua história no Brasil, com destaque para o protagonismo e o histórico de lutas do movimento quilombola e do movimento negro. Enfim, fortalecer a identidade étnico-racial, a cultura e a linguagem quilombolas, como importantes eixos norteadores do currículo.

Implementar em tais escolas a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, reconhecendo a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, é proposta que atinge o conjunto das escolas brasileiras, e não apenas as escolas quilombolas.

Para finalizar, o atendimento educacional dos **estudantes em situação de itinerância** ofertado pelas escolas e programas educacionais deverá garantir o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais desses estudantes, bem como tratamento pedagógico e ético e não discriminatório, na forma da lei, garantindo estratégias pedagógicas que incluam materiais didáticos adequados a suas necessidades de aprendizagem e procedimentos de avaliação que considerem sua realidade cultural, social e profissional (Resolução CNE/CEB nº 03/12).

Embora a legislação mencione procedimentos de matrícula e transferência, orientações sobre classificações dos alunos e outras medidas requeridas pelos estudantes que se enquadram nessa modalidade, as questões pedagógicas – como

garantir continuidade e acompanhamento das aprendizagens feitas e avaliar o aproveitamento dos estudantes em situação de itinerância – restam como desafios a ser vencidos no país como um todo.

## Lista de documentos enviados pela SEEC-RN

Documentos enviados até 15 de janeiro de 2018:

### **Pasta Ensino Médio**

1. Cartilha do Ensino Médio Noturno – Orientações gerais
2. Cartilha do Proemi-RN – Indicativos e estratégias para o redesenho curricular no RN
3. Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências
4. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica
5. Experiências exitosas dos anos iniciais das escolas do Campo – Ação Escola da Terra
6. Regimento – 2013 – Original – Soinspe
7. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica
8. Resultado do Trabalho Pedagógico – Planejamento Estratégico Situacional – Resultado do Trabalho Pedagógico da Subcoordenadoria do Ensino Médio
9. Relatório de Boas Práticas Relatório – Apresentar à Vanzolini práticas exitosas desenvolvidas pela Subcoordenadoria de Ensino Médio (SEEC)

### **Arquivo avulso (sem pasta)**

10. Referências Básicas Para Organização do Trabalho Pedagógico das Escolas Estaduais do Rio Grande do Norte (Versão Preliminar – Pós-seminário interno)

### **Pasta Relação de experiências exitosas Escolas do Campo**

11. Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999 – Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências

12. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica
13. Experiências exitosas dos anos iniciais das escolas do Campo – Ação Escola da Terra
14. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica

#### **Pasta NECAD**

15. Educação do Campo: marcos normativos

#### **Pasta SUEF**

16. Orientações para funcionamento das Escolas de Tempo Integral (EIT)
17. Educação Integral em Tempo Integral no RN

#### **Pasta SUEJA**

18. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica
19. Diretrizes Orientadoras para a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
20. Educando para a Liberdade
21. EJA – Ensino Fundamental Diurno 2017
22. EJA – Ensino Fundamental Noturno 2017
23. EJA – Ensino Médio Diurno 2017
24. EJA – Ensino Médio Noturno 2017
25. Leis que fundamentam e orientam a Educação para pessoas privadas de liberdade
26. Portaria nº 3/2010 – Diretrizes Operacionais
27. Resolução nº 4, de 13 de julho 2010 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica
28. Resolução nº 2/2016 – CEB/CEE/RN, de 19 de outubro de 2016

#### **Pasta SUEM**

29. Apresentação Ensino Médio 2016/2017
30. Cartilha de Orientações – Ensino Médio Noturno

31. Programa Ensino Médio Inovador – Documento orientador – Adesão
32. Programa de Fortalecimento às Escolas de Ensino Médio – Promedio Semi-integral

### **Pasta SUEP**

33. Referencial Curricular da Educação Profissional

### **Pasta SUESP**

34. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica
35. Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial
36. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão
37. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
38. Portaria de Avaliação nº 981 - Estabelece Normas de Avaliação da Aprendizagem Escolar para a Rede Estadual de Ensino e dá outras providências
39. Diretrizes para elaboração do Regimento Escolar
40. Resolução nº 3/2016-CEB/CEE/RN, de 23 de novembro de 2016 – Fixa normas para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade de Educação Especial
41. Orientações para implementação da política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

# **Anexo 1 – Programação dos encontros**



## PROJETO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO GRANDE DO NORTE

---

### 1. Reunião do Grupo de Trabalho (GT Currículo)

#### Datas e horários

17 e 18 de janeiro de 2018, das 8h30 às 16h30.

#### Objetivos

- Geral: debater e alinhar com a equipe de GT Currículo/SEEC o entendimento acerca dos referenciais teóricos e das diretrizes que embasarão a proposta curricular para a educação básica do Rio Grande do Norte.
- Específicos:
  - Retomar os referenciais teóricos sistematizados pelos profissionais da equipe FCAV e aprovados pela SEEC;
  - Identificar o posicionamento do GT com relação às competências (gerais e de área) da BNCC frente ao currículo a ser elaborado;
  - Conhecer os aspectos mais relevantes do currículo praticado no estado a serem considerados na proposta curricular;
  - Definir temas integradores para a elaboração da proposta curricular;
  - Apresentar e discutir proposta de organização do documento da proposta curricular

#### Participantes

Equipe de GT Currículo da SEEC, com educadores representantes de todos os componentes curriculares do Ensino Fundamental (Matemática, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira – Inglês e Espanhol, Arte, Educação Física, Ciências, História, Geografia e Ensino Religioso) na rede pública do Rio Grande do Norte; equipe pedagógica e de gestão da Consultora.

#### Infraestrutura necessária

- Computador
- Projetor
- Sala com possibilidade de organizar os participantes em grupos
- WiFi (*se possível*)

## Programação

A estrutura proposta para o encontro é a seguinte:

DIA 1 – 17/01/2018				
Tema	Detalhamento	Atividade	Horário	Duração
<b>Abertura</b>	Apresentação dos participantes (Consultora e GT Currículo)	Apresentação	8h30	20 min
<b>Processo de construção</b>	Retomada: <ul style="list-style-type: none"> <li>• escopo do projeto;</li> <li>• equipe (especialistas e coordenadores de área);</li> <li>• encaminhamento do trabalho técnico feito até o momento;</li> <li>• objetivo deste encontro.</li> </ul>	Apresentação	8h50	30 min
<b>Referenciais teóricos</b>	Retomada dos referenciais teóricos que embasarão a elaboração da proposta curricular.  Reflexão sobre construção do currículo considerando a BNCC.	Apresentação e debate	9h20	90 min
<b>Intervalo</b>			10h50	10 min
<b>Competências das áreas (BNCC)</b>	Análise das competências de áreas: como assegurar estas aprendizagens na proposta curricular em construção?	Análise e discussão em grupos	11h	60min
<b>Almoço</b>			12h	90 min
<b>Experiência curricular da rede pública do RN</b>	Levantamento de dados sobre a experiência curricular na rede do RN nas diferentes modalidades	Trabalho em grupo	13h30	120 min

<b>DIA 1 – 17/01/2018</b>				
<b>Tema</b>	<b>Detalhamento</b>	<b>Atividade</b>	<b>Horário</b>	<b>Duração</b>
	(questões anexadas à pauta).			
<b>Experiência curricular da rede pública do RN</b>	Síntese das respostas apresentadas pelos grupos.	Sistematização	15h30	60 min
<b>Encerramento</b>			<b>16h30</b>	

<b>DIA 2 – 18/01/2018</b>				
<b>Tema</b>	<b>Detalhamento</b>	<b>Atividade</b>	<b>Horário</b>	<b>Duração</b>
<b>Abertura</b>	Retomada da síntese do primeiro dia do encontro.	Discussão	8h30	30 min
<b>Estrutura e diretrizes para a proposta curricular</b>	Apresentação de proposta para a estrutura do documento curricular	Apresentação	9h	90 min
<b>Intervalo</b>			10h30	10 min
<b>Estrutura e diretrizes para a proposta curricular</b>	Análise, debate e sistematização da estrutura e diretrizes para a proposta curricular para o RN.	Debate em grupos	10h40	80 min
<b>Almoço</b>			12h	90 min
<b>Conclusões</b>	Apresentação das conclusões dos grupos a respeito das diretrizes curriculares básicas.	Apresentação	13h30	100 min
<b>Sugestões</b>	Levantamento de opiniões sobre a construção dos currículos nas unidades escolares.	Discussão e sistematização	15h10	80 min
<b>Encerramento</b>			<b>16h30</b>	

---

## 2. Reunião de gestão

### Objetivo

Atualizar o cronograma do projeto.

### Participantes

Equipe de gestão do projeto da SEEC; equipe de gestão da Consultora.

### Data e horário

Dia 19 de janeiro de 2018, das 8h às 12h.

**ANEXO -17/01/18**

**Questões sobre a experiência curricular da rede pública do RN**

1. Qual a análise do GT sobre o currículo praticado na rede estadual de ensino no RN hoje?
2. Que diretrizes curriculares, temáticas, didáticas e recursos estão orientando as práticas da SEEC junto as escolas de Ensino Fundamental?
3. Como se dá a seleção de conteúdos e as escolhas metodológicas no sistema de ensino do Estado do RN?
4. Como se organiza o processo de avaliação na Rede (instrumentos de avaliação e indicadores de qualidade)?
5. Como se dá a aproximação dos diferentes componentes curriculares nas escolas? Projetos e propostas interdisciplinares?
6. Há alguma legislação específica do Estado que seja fundamental para a estruturação do currículo ou que nele seja incorporada?
7. Como se organiza, do ponto de vista de carga horária, profissionais envolvidos e infraestrutura de apoio, o trabalho didático nos componentes Arte e Educação Física na atual estrutura curricular do RN?
8. O Ensino Religioso será componente curricular de todos os anos do Ensino Fundamental ou apenas de alguns deles?
9. Em que medida as premissas relacionadas a diversidade, equidade e identidades regionais, ênfase na investigação e na autonomia, entre outras que fundamentam a BNCC, estão presentes na prática curricular vigente?
10. Existe algum posicionamento em relação à organização do currículo na estrutura educacional: seriação ou ciclos?
11. Como se pretende considerar na proposta curricular do RN a valorização de temas e problemáticas do RN e/ou do Nordeste?
12. Qual o papel e as estratégias para a participação das unidades escolares na elaboração do currículo?

## **Anexo 2 – Material de apoio**

O material de apoio utilizado nos encontros está organizado neste anexo nos seguintes itens:



1. Apresentação de slides do primeiro dia (17/01/18)
2. Apresentações de slides do segundo dia (18/01/18)
3. Quadros apresentados no segundo dia 2 (18/01/18)
4. Material para discussões realizadas nos encontros

**1. Apresentação de slides do primeiro dia  
(17/01/18)**



Slide 1

# PROJETO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO GRANDE DO NORTE




Slide 2

## **ABERTURA**

Apresentação dos participantes

(20 min)




Slide 3




# PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

(30 min)



Fundação Yamakiri


Slide 4



## Escopo do projeto

*Objetivo geral*

Definir uma Proposta Curricular que oriente as unidades escolares de Ensino Fundamental e Ensino Médio da rede estadual de ensino do RN a estruturar seus currículos considerando o disposto na BNCC e no Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.




Fundação Yamakiri

Slide 5

## Escopo do projeto

*Objetivos específicos*

- I. Melhorar o desempenho das escolas, dos professores e dos alunos.




Slide 6

## Escopo do projeto

*Objetivos específicos*

- II. Fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares para adotar estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem.




Slide 7

## Escopo do projeto

*Objetivos específicos*

**III.** Conectar o currículo com a realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens estão situadas.




Slide 8

## Escopo do projeto

*Objetivos específicos*

**IV.** Propor metodologias de ensino que respeitem os ritmos diferenciados e garantam conteúdos complementares para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização etc.



Slide 9



Slide 10

## Produtos

*Diretrizes e Matrizes Curriculares da Rede Estadual de Educação Básica*

- Elaborar documento-base orientador que indique Diretrizes e Matrizes Curriculares para Ensino Fundamental e Ensino Médio.


750 Fundação Yamaguchi

Slide 11

## Produtos

*Diretrizes e Matrizes Curriculares da Rede Estadual de Educação Básica*

- Contemplar no documento orientador as definições produzidas no âmbito da Base Nacional Comum e as necessidades de aprendizagens relacionadas à apropriação de aspectos gerais da realidade local.




Slide 12

## Produtos

*Diretrizes e Matrizes Curriculares da Rede Estadual de Educação Básica*

- Realizar formação sobre a estrutura curricular e fornecer orientações pedagógicas para representantes da equipe técnica da secretaria e técnicos pedagógicos das diretorias regionais.



## Slide 13

### Especialistas

*Apresentação da equipe (EF)*

Zilma de Moraes Ramos de Oliveira	Coordenadora
Carlos Luiz Gonçalves	Pedagogo
Marisa Garcia	Pedagoga
Maria Silvia Brumatti Sentelhas	Especialista em Matemática
Alberto Roiphe Bruno	Especialista em Língua Portuguesa
Luiza Helena da Silva Christov	Especialista em Arte
Fabio Luiz D'Angelo	Especialista em Educação Física
Gloria Cortés Abdalla	Especialista em Espanhol
Adriana Ranelli Weigel Borges	Especialista em Inglês
Paulo Roberto da Cunha	Especialista em Biologia
Antônia Terra de Calazans Fernandes	Especialista em História
Sueli Angelo Furlan	Especialista em Geografia
Eulálio Avelino Pereira Figueira	Especialista em Ensino Religioso




## Slide 14

### Especialistas

*Trabalho desenvolvido até o momento*

- Análise de propostas curriculares recentes de Estados e Municípios.
- Estudo da Base Nacional Comum Curricular.
- Debate sobre formas de estruturação de uma proposta curricular.




Slide 15

## Especialistas

*Trabalho desenvolvido até o momento*


- Proposição de eixos integradores para Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II.
- Elaboração de quadros-matrizes dos componentes curriculares.



Slide 16

## REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

(90 min)






## Currículo


(DCNEB)

*“... experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir a identidade dos estudantes”.*




## Desenvolvimento e aprendizagem

Processo de apropriação pelo sujeito de formas histórico-culturais de operar com informações, investigar um problema, posicionar-se em relação a determinada questão, produzir um texto, uma música etc.




## Processo ensino-aprendizagem

As interações que os estudantes e os professores estabelecem devem possibilitar aos primeiros a apropriação de métodos e estratégias gerais de elaboração de conhecimentos em cada tópico que está sendo objeto do trabalho escolar.



## Ensino integral

As atividades orientadas para a apropriação de formas produtivas de interagir com os conteúdos tratados na escola precisam se articular com as formas de conhecimento cotidiano vivenciado pelos estudantes, o que envolve afetividade.




## Diretrizes Básicas

Da Proposta Curricular

TEXTO COMPLETO NO MATERIAL DE APOIO

- ✓ Tornar a BNCC como referência para a organização dos objetivos de aprendizagens, acolhendo as características socioculturais do RN;
- ✓ Acolher a diversidade e o protagonismo dos estudantes nas diferentes modalidades de ensino;
- ✓ Relacionar o conhecimento fora da escola com o conhecimento escolar;




## Diretrizes Básicas

Da Proposta Curricular

TEXTO COMPLETO NO MATERIAL DE APOIO

- ✓ Organizar ambientes propícios às diferentes aprendizagens nos quais tanto professores quanto alunos se envolvam em atividades investigativas;
- ✓ Planejar situações de aprendizagem partindo de questões que sejam desafiadoras e estimulem o interesse e a curiosidade científica, estética, ética e artística dos estudantes.



Slide 23


# Base Nacional Comum Curricular

*Reflexões sobre a construção do currículo considerando a BNCC*

## Expectativas em relação à implementação

Texto aprovado pelo CNE em 15 de dezembro de 2017.

VER MATERIAL DE APOIO  
[IMPRESSO]



Slide 24

# INTERVALO

(10 min)



Slide 25

# COMPETÊNCIAS DAS ÁREAS (BNCC)

(60 min)




Slide 26

## Análise das competências

*Áreas da Base Nacional Comum Curricular*

Divisão em quatro grupos → Citem algumas formas de assegurar a construção destas competências na Proposta Curricular do Rio Grande do Norte.



Slide 27



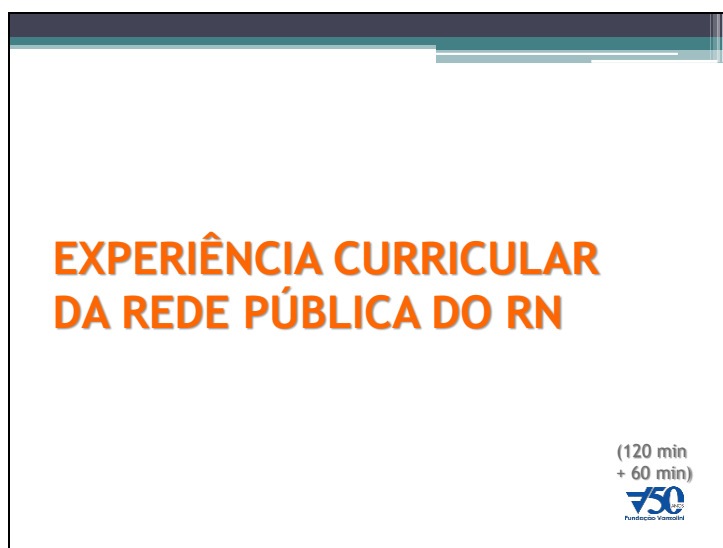
**ALMOÇO**

(90 min)




Fundação Yamakiri

Slide 28



**EXPERIÊNCIA CURRICULAR  
DA REDE PÚBLICA DO RN**

(120 min  
+ 60 min)




Fundação Yamakiri

Slide 29

## Experiência curricular

*Da rede pública do Rio Grande do Norte*

Divisão em três grupos (A, B e C) → Levantamento e sistematização de dados sobre a experiência curricular na rede.




Slide 30

## Experiência curricular

*Da rede pública do Rio Grande do Norte*

- ✓ Apresentação da síntese das conclusões dos grupos **A, B e C**;
- ✓ Discussão de outras quatro questões com todo o grupo (com registro das respostas).



Slide 31



**ENCERRAMENTO**

16h30



Fundação Yamakiri




## **2. Apresentação de slides do segundo dia (18/01/18)**

# Apresentação 1

Slide 1

PROJETO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO RIO GRANDE DO NORTE



750  
Fundação Vitorino

Slide 2

**ABERTURA**

Retomada da síntese do primeiro dia


(30 min)

750  
Fundação Vitorino

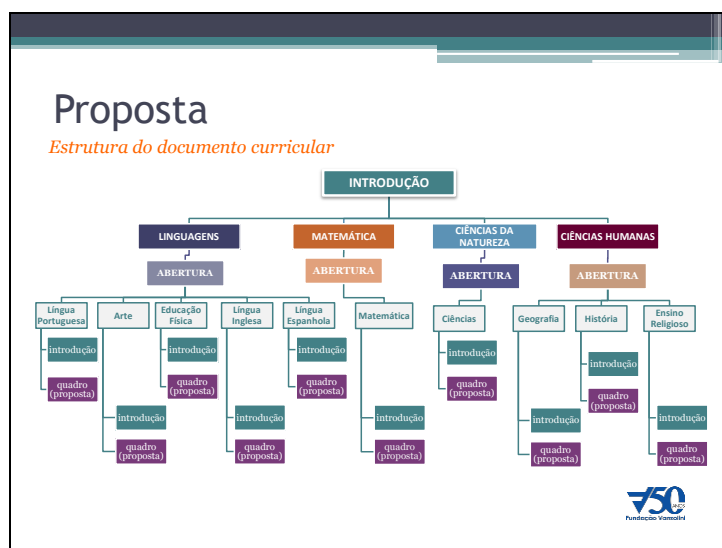
Slide 3

# ESTRUTURA E DIRETRIZES PARA A PROPOSTA CURRICULAR

(90 min)



Slide 4



Slide 5

# Proposta

*Componentes curriculares*

The diagram consists of six hexagons arranged in a cluster. Three are solid-colored and labeled: a purple hexagon labeled 'Ciências', a teal hexagon labeled 'História', and a dark blue hexagon labeled 'Matemática'. Three are white with colored outlines: a light purple outline hexagon at the top, a light teal outline hexagon on the left, and a light blue outline hexagon on the right. Each hexagon has a small white hexagon at one of its vertices. In the bottom right corner, there is a logo for '750 Fundação Yamakiri'.

Slide 6

# INTERVALO

(10 min)


The slide features the word 'INTERVALO' in large, bold, blue capital letters. Below it, on the right side, is the text '(10 min)' and the '750 Fundação Yamakiri' logo.

Slide 7

## Estrutura

*Análise pelo GT Currículo*

- Debate, em grupos, sobre a estrutura e sobre as diretrizes curriculares básicas para a proposta curricular para o Rio Grande do Norte;
- Sistematização, pelos grupos, das conclusões obtidas.




Slide 8

# ALMOÇO

(90 min)




Slide 9




# APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES DOS GRUPOS

(100 min)




Slide 10



## Estrutura

*Conclusões dos grupos*


- Apresentação, pelos grupos, das conclusões sobre as diretrizes curriculares básicas.



Slide 11

# CURRÍCULO NAS UNIDADES ESCOLARES

(100 min)




Slide 12

## Construção dos currículos

*Nas unidades escolares*

Divisão em cinco grupos → Como vocês pensam que deve ocorrer o processo de construção dos currículos pelas unidades escolares?

*Escrevam na folha entregue aos grupos.*





**ENCERRAMENTO**

16h30



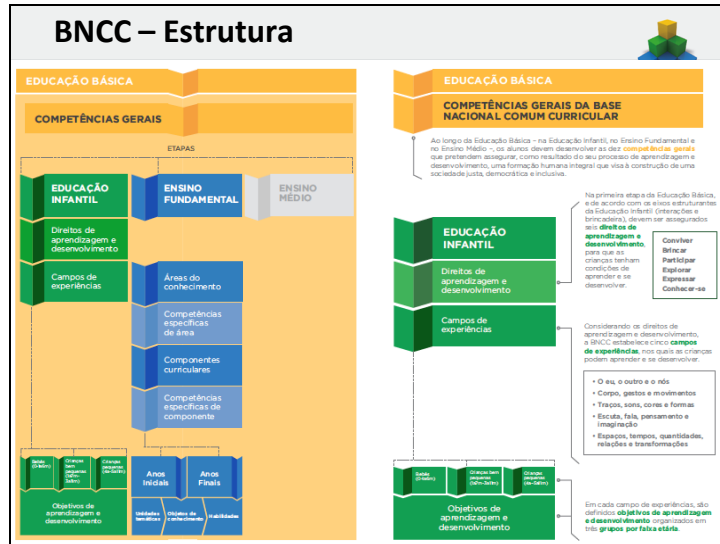
Fundação Yamakiri

The slide features a decorative header with a dark grey bar and a teal-to-white gradient bar. The main content is the word "ENCERRAMENTO" in bold blue capital letters. In the bottom right corner, there is a timestamp "16h30" and the logo of "Fundação Yamakiri", which consists of a stylized blue "750" and the text "Fundação Yamakiri" below it.



# Apresentação 2

Slide 1

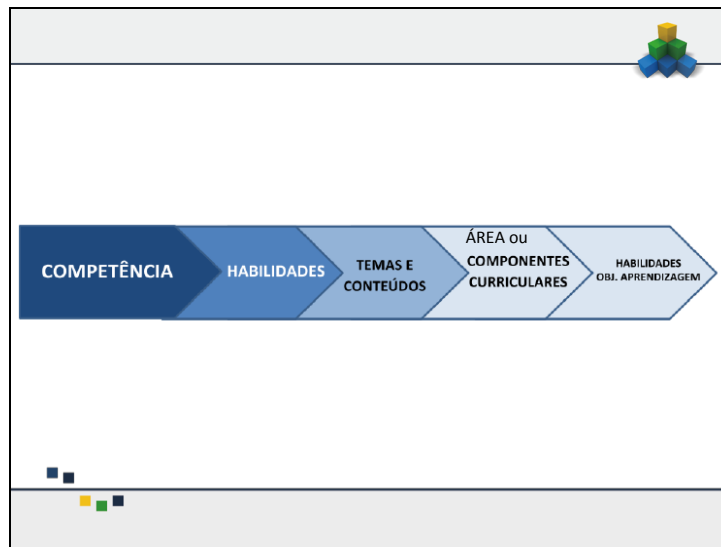


Slide 2

### Análise de competências

- Retomando o conceito apresentado na BNCC:  
“[...] **competência** é definida como a **mobilização** de **conhecimentos** (conceitos e procedimentos), **habilidades** (práticas, cognitivas e socioemocionais), **atitudes** e **valores** para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.”  
(BNCC, p.8)


### Slide 3




### Slide 4

- 
- Como favorecer o desenvolvimento dos alunos?
  - Como propiciar ambientes de aprendizagem nos quais tanto professores quanto alunos se envolvam em atividades investigativas e de compartilhamento?
  - Como colocar professores e estudantes em interação para que possam criar motivos comuns de aprendizagem.
-


## Slide 5




**Processo investigativo como promotor  
de aprendizagens**





## Slide 6



o processo investigativo deve ser entendido como elemento central na formação dos estudantes, em um sentido mais amplo, e cujo desenvolvimento deve ser atrelado a situações didáticas planejadas ao longo de toda a educação básica, de modo a possibilitar aos alunos revisitar de forma reflexiva seus conhecimentos e sua compreensão acerca do mundo em que vivem. Sendo assim, deve-se promover situações nas quais os alunos possam:





## Slide 7




- a) Definir problemas e questões sujeitos à investigação
- b) Realizar o levantamento, a análise e a representação de dados e informações relevantes obtidas através da participação ativa dos estudantes.
- c) Comunicar suas ideias a diferentes públicos e utilizando-se de diferentes estratégias comunicativas em diferentes linguagens e suportes.
- d) Propor intervenções baseadas na análise criteriosa da conjuntura e sustentadas por um processo de investigação reflexivo e compartilhado com o coletivo dos estudantes.

## Slide 8




QUADRO DE MATEMÁTICA


Slide 9




QUADRO DE HISTÓRIA




Slide 10




QUADRO DE CIÊNCIAS DA  
NATUREZA




## Slide 11




1. Em que medida as premissas relacionadas a diversidade, equidade e identidades regionais, ênfase na investigação e na autonomia, entre outras que fundamentam a BNCC, estão presentes na prática curricular vigente?
2. Existe algum posicionamento em relação à organização do currículo na estrutura educacional: seriação ou ciclos?
3. Como se pretende considerar na proposta curricular do RN a valorização de temas e problemáticas do RN e/ou do Nordeste?
4. Qual o papel e quais são as estratégias para a participação das unidades escolares na elaboração do currículo?




## Slide 12





- **LDB** (Redação dada pela Lei nº 13.415/2017)  
“Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular [até 1.800 horas] e por **itinerários formativos**, que deverão ser **organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino [...].  
3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e dos itinerários formativos [...].”





**Elaboração: princípios orientadores** 


- A Base do Ensino Médio integra a BNCC da Educação Básica:
  - Adota as 10 competências gerais;
  - Adota os mesmos princípios pedagógicos:
    - foco no **desenvolvimento de competências**;
    - **educação integral**.




**BNCC** 


- Em atendimento à Lei nº 13.415/2017, a BNCC-EM:
  - será organizada em áreas do conhecimento;
  - apresentará detalhamento de competências e habilidades apenas para os componentes Língua Portuguesa e Matemática.
- Os princípios que fundamentam a BNCC-EM, assim como as competências gerais, devem orientar todo o Ensino Médio (base +  itinerários), em todas as áreas.


<b>Competências gerais</b>
<p>1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p>



<b>Competências gerais</b>
<p>2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.</p>






<b>Competências gerais</b>
<p>3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.</p>



<b>Competências gerais</b>
<p>4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p>



<b>Competências gerais</b>
<p>5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.</p>


<b>Competências gerais</b>
<p>6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.</p>


<b>Competências gerais</b>
<p>7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.</p>


<b>Competências gerais</b>
<p>8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.</p>


<b>Competências gerais</b>
<p>9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>


<b>Competências gerais</b>
<p>10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.</p>


**3. Quadros apresentados no segundo dia  
(18/01/18)**

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Sugestões didáticas
<p>Há números fora da escola?</p> <p>Que perguntas podem ser feitas para as pessoas de modo que a resposta seja com números?</p> <p>Quais números “falam” de você?</p> <p>Qual o percurso mais longo: de nossa sala até o pátio ou de nossa sala até a entrada da escola?</p> <p>Quais brincadeiras vocês fazem que há marcação de pontos?</p>	<p>Identificar e explicitar regularidades na escrita numérica.</p> <p>Perceber a posição dos algarismos de um número.</p> <p>Recitar diferentes sequências numéricas naturais de modo crescente ou decrescente, de intervalos diferentes e a partir de qualquer número, envolvendo medidas de grandezas.</p> <p>Realizar leitura de calendários.</p> <p>Comparar e ordenar números naturais de modo crescente ou decrescente, em situações diversas envolvendo medidas de grandeza.</p>	<p>Número como quantidade/medida</p> <p>Número como código</p> <p>Número como ordem</p> <p>Reta numérica</p> <p>Medidas e medições</p> <p>Procedimentos de cálculo</p>	<p>Leitura e escrita de número</p> <p>Sequência numérica</p> <p>Observação de regularidades</p> <p>Medidas de comprimento, massa, área, volume, temperatura, tempo, sistema monetário</p>	<p>Formar grupos de quatro ou cinco alunos para que conversem sobre a pergunta proposta e, ao final, apresentem para a classe suas conclusões.</p> <p>Fazer levantamento das respostas sobre onde observam números fora da escola e quais são eles, destacando os que se referem a recursos naturais, econômicos e culturais, tanto locais como os referentes ao desenvolvimento da humanidade.</p> <p>Propor pesquisas sobre perguntas cujas respostas são números.</p> <p>Elaborar uma tabela para a classificação dos números que foram encontrados por eles e propor a separação em números que representam quantidades/medidas e números que são usados como códigos.</p>

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Sugestões didáticas																														
<p>Como fazem para determinar o vencedor de um jogo? E como são classificados os outros jogadores?</p> <p>E se o jogo for de dupla contra dupla, com cada jogador marcando seus pontos, como determinam o total de pontos da dupla?</p> <p>Imaginem que estejam no meio de um jogo e que estão com menos pontos. Como saber quantos pontos precisam fazer para ganhar?</p>	<p>Explorar instrumentos de medida não convencionais e convencionais.</p> <p>Desenvolver procedimentos de contagem e de sobrecontagem.</p> <p>Elaborar estratégias pessoais de cálculo.</p> <p>Explicitar os próprios procedimentos e acompanhar os dos outros.</p> <p>Construir cálculos com números de até 2 algarismos.</p> <p>Perceber os efeitos nas ações de adicionar ou subtrair objetos.</p>	<p>Operações: adição e subtração</p> <p>Resolução de problemas</p> <p>Pontos de referência</p> <p>Ocupação espacial</p> <p>Visualização geométrica</p>	<p>Composição e decomposição numérica</p> <p>Aspectos conceituais das operações adição e subtração</p> <p>Nocão de probabilidade</p> <p>Localização Espacial</p> <p>Figuras espaciais (tridimensionais) Figuras planas (bidimensionais)</p>	<p>Elaborar quadro da sequência numérica natural para propor a busca de regularidades na escrita numérica:</p> <table border="1" data-bbox="1355 427 1594 619"> <tr><td>0</td><td>1</td><td>2</td><td>3</td><td>...</td><td>9</td></tr> <tr><td>10</td><td>11</td><td>12</td><td>13</td><td>...</td><td>19</td></tr> <tr><td>20</td><td>21</td><td>22</td><td>23</td><td>...</td><td>29</td></tr> <tr><td>...</td><td>...</td><td>...</td><td>...</td><td>...</td><td>...</td></tr> <tr><td>90</td><td>91</td><td>92</td><td>93</td><td>...</td><td>99</td></tr> </table> <p>Propor aos alunos que façam um levantamento das brincadeiras populares da região<sup>1</sup>.</p> <p>Estimular os alunos a realizarem alguns jogos como os apresentados por eles e outros usando dados e cartas de baralho.</p> <p>Problematizar algumas situações referentes aos jogos vivenciados pelos alunos.</p>	0	1	2	3	...	9	10	11	12	13	...	19	20	21	22	23	...	29	...	...	...	...	...	...	90	91	92	93	...	99
0	1	2	3	...	9																													
10	11	12	13	...	19																													
20	21	22	23	...	29																													
...	...	...	...	...	...																													
90	91	92	93	...	99																													

<sup>1</sup> Pode-se propor uma visita ao Museu do Brinquedo Popular que fica no Campus Avançado do IFRN na avenida Rio Branco, 743, Cidade Alta, Natal-RN

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Sugestões didáticas
	<p>Empregar em diferentes situações juntar, separar, repartir, dividir, acrescentar, diminuir.</p> <p>Resolver problemas do campo aditivo (adição e subtração) a partir de jogos, brincadeiras locais ou situações cotidianas.</p> <p>Resolver problemas com situações de jogos envolvendo o acaso.</p> <p>Nomear e encontrar locais a partir de relações simples, como “próximo a”, “acima de”, “abaixo de”, “entre”, “em cima”, “embaixo” etc.</p>	<p>Noção de organização estatística</p>	<p>Coleta, organização e comunicação de informações</p>	<p>Apresentar objetos e desenhos para serem contados pelos alunos, pedindo antes que façam uma estimativa da quantidade.</p> <p>Propor situações em que os alunos tenham que usar a sobrecontagem<sup>2</sup> para a determinação do total final.</p> <p>Formar grupos para que os alunos discutam sobre o que ocorre quando a situação é de adição e quando a situação é de subtração e como distinguir uma da outra.</p> <p>Propor situações em que a solução pode ser encontrada por meio de adição ou de subtração e outras em que a resposta não é única ou não é possível de ser determinada.</p> <p>Realizar atividade do tipo “Caça ao tesouro” para que os alunos indiquem em seus mapas pontos de referência.</p>

<sup>2</sup> A sobrecontagem ocorre quando a criança é capaz de contar objetos acrescentados a uma coleção para determinar-lhe o total, sem recorrer à recontagem de todos os elementos da nova coleção. A criança que executa a sobrecontagem percebe que a nova quantidade está “incluída” na anterior, compreensão essencial para a aquisição do conceito de adição.



Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Sugestões didáticas
	<p>Fazer antecipações para ocupar um espaço ou para compor formas (visualização).</p> <p>Criar imagem mental de formas geométricas usando memória.</p> <p>Reconhecer e nomear formas geométricas simples no ambiente e em produções humanas.</p> <p>Levantar questões sobre si mesmo e sobre o entorno e, para respondê-las, coletar dados, organizá-los em quadros ou gráficos de coluna.</p>			<p>Apresentar quebra-cabeças e tangram para montagens de figuras geométricas ou para a construção de mosaicos.</p> <p>Propor a construção de brinquedos com sucatas e/ou caixinhas, como os apresentados no Museu do Brinquedo<sup>3</sup>.</p> <p>Disponibilizar conjuntos de sólidos geométricos para exploração, comparação e classificação: corpos redondos e poliedros.</p> <p>Diferenciar figuras tridimensionais de figuras planas, reconhecendo as figuras planas nas faces dos sólidos.</p> <p>Formar grupos para que discutam quais informações irão coletar e como organizarão os dados coletados.</p>

<sup>3</sup> Apresentar fotos do museu disponíveis em [https://www.flickr.com/photos/ifrn\\_cidadealta/sets/72157627201812854/](https://www.flickr.com/photos/ifrn_cidadealta/sets/72157627201812854/)

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos	Conteúdos	Sugestões didáticas																		
<p>Por que se usa vírgula na representação de alguns números?</p> <p>Do que estamos falando quando se tem os registros 5; 5,0 e 5,00?</p> <p>Em uma régua, o que representam os traços entre 0 e 1?</p> <p>Se 4 é diferente de 0,4, então por que podemos escrever que 4mm = 0,4cm?</p> <p>É possível encontrarmos figuras geométricas na natureza? E nas produções humanas? O que significa contornar uma figura?</p>	<p>Aplicar as regras do sistema de numeração decimal para a leitura, escrita e comparação de números racionais na forma decimal.</p> <p>Identificar os números naturais como números racionais.</p> <p>Identificar as transformações entre unidades de medida de comprimento, massa e capacidade com as regras do sistema de numeração decimal.</p> <p>Resolver e elaborar problemas de adição, subtração, multiplicação ou divisão envolvendo números na forma decimal em contextos que tratam de recursos naturais, econômicos ou culturais.</p> <p>Identificar polígonos regulares e considerar sua presença na natureza, em superfícies correspondentes a plantações ou em produções artesanais.</p> <p>Reconhecer polígonos nas planificações</p>	<p>Sistema de Numeração Decimal</p> <p>Número Racional</p> <p>Unidades de medida</p> <p>Polígonos</p> <p>Prismas e pirâmides</p> <p>Perímetro e superfície</p> <p>Medida de perímetro e área</p>	<p>Números Racionais na forma decimal</p> <p>Transformações entre unidades de medidas</p> <p>Operações com números na forma decimal – adição, subtração, multiplicação e divisão</p> <p>Caracterização de polígonos regulares</p> <p>Caracterização de prismas e pirâmides</p>	<p>Formar grupos para que investiguem e discutam porque o uso da vírgula e propor que cada grupo apresente aos colegas as respostas obtidas.</p> <p>Fazer um levantamento das respostas e apresentar o quadro de ordens e classes do SND:</p> <table border="1" data-bbox="1547 660 2000 735"> <thead> <tr> <th>CM</th> <th>DM</th> <th>UM</th> <th>c</th> <th>D</th> <th>U</th> <th>d</th> <th>c</th> <th>m</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Propor pesquisas sobre emprego de escritas decimais no dia a dia das pessoas (receitas culinárias, medicamentos regionais, em resultados de produção econômica da região, em acidentes geográficos do RN, etc).</p> <p>Elaborar quadros com classificações sobre as unidades de medidas envolvidas nos números apresentados nas pesquisas dos alunos.</p> <p>Propor aos alunos que investiguem a relação entre as unidades de medida padrão e o quadro de classes e ordens do SND para realizar transformações entre essas unidades de medida.</p> <p>Propor buscas no Google Maps para a vista superior da região em que os alunos estão e identificação de ruas paralelas, perpendiculares, formas dos quarteirões,</p>	CM	DM	UM	c	D	U	d	c	m									
CM	DM	UM	c	D	U	d	c	m														

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos	Conteúdos	Sugestões didáticas
<p>O que significa recobrir uma superfície sem deixar vãos ou sem sobreposições?</p> <p>Uma adição de parcelas iguais pode ser representada por qual operação? E se tivermos uma multiplicação de fatores iguais como poderíamos representar?</p> <p>Como podemos explicar a seguinte igualdade: <math>\frac{1}{2} = 0,5</math>?</p> <p>Como você calcularia: <math>\frac{1}{2} + \frac{1}{4}</math> ; <math>\frac{1}{2} - \frac{1}{4}</math> ; <math>\frac{1}{2} \times \frac{1}{4}</math>?</p>	<p>de prismas e pirâmides.</p> <p>Distinguir perímetro e superfície de uma figura plana.</p> <p>Calcular as medidas do perímetro e da superfície, empregando números na forma decimal, principalmente vinculadas a situações reais.</p> <p>Identificar a potenciação como uma multiplicação de fatores iguais.</p> <p>Estabelecer a equivalência entre a representação decimal finita de um número e sua representação fracionária decimal.</p> <p>Estabelecer a equivalência entre as representações fracionárias de um mesmo número racional.</p> <p>Identificar a fração como uma razão e como um quociente.</p> <p>Resolver e elaborar problemas de</p>	<p>Potenciação</p> <p>Representações de um mesmo número racional</p> <p>Número Racional</p> <p>Operações com frações</p> <p>Porcentagem</p> <p>Relação de proporcionalidade</p>	<p>Cálculo de perímetro e de área</p> <p>Operação potenciação</p> <p>Correspondência entre as diferentes representações de um número racional</p> <p>Resolução de problemas/cálculos com frações</p> <p>Cálculos de porcentagens</p>	<p>formas de regiões com plantações etc. Disponibilizar conjuntos de sólidos geométricos para explorações e/ou propor acesso a softwares de geometria para a visualização de sólidos e suas planificações<sup>4</sup>.</p> <p>Propor recortes de figuras planas para que realizem recobrimentos de superfícies – construção de mosaicos.</p> <p>Propor o recobrimento de superfície usando um só tipo de polígono regular – Quais permitem o recobrimento sem deixar vãos e sem sobreposições?</p> <p>Formar grupos para que pesquisem qual operação pode representar uma multiplicação de parcelas iguais e apresentem exemplos.</p> <p>Usar o Tangram para compor polígonos e analisar a fração que cada peça representa em relação ao todo.</p> <p>Formar grupos para que discutam a igualdade <math>\frac{1}{2} = 0,5</math> e apresentem suas conclusões à classe.</p> <p>Estimular os alunos a refletirem sobre as possibilidades de procedimentos de cálculo com frações e compararem suas reflexões, antes de apresentar os procedimentos</p>

<sup>4</sup> Um exemplo é o software que pode ser instalado no computador ou celular pelo link <https://poly-pro.en.softonic.com/download>.

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos	Conteúdos	Sugestões didáticas
<p>Onde é possível encontrar o símbolo %?</p> <p>O que nos leva a dizer que duas coisas são iguais? E quando elas são semelhantes?</p> <p>Ao lançarmos uma moeda vai sair mais cara ou mais coroa?</p>	<p>adição, subtração ou multiplicação envolvendo números na forma fracionária em contextos que tratam de recursos naturais, econômicos ou culturais.</p> <p>Resolver e elaborar problemas, em contextos reais, envolvendo cálculos de porcentagem - razão.</p> <p>Ampliar e reduzir polígonos em malhas quadriculadas – razão de semelhança.</p> <p>Resolver e elaborar problemas envolvendo proporcionalidade direta.</p> <p>Coletar dados sobre lançamentos de dados ou moedas, retiradas de cartas de baralho ou figurinhas, sobre condições climáticas etc., e organizá-los em tabelas ou gráficos para comunicação dos resultados.</p> <p>Determinar a razão de probabilidade de eventos simples.</p>	<p>Noções de organização estatística e probabilidade</p> <p>Probabilidade</p>	<p>Cálculos com proporcionalidade</p> <p>Probabilidade e estatística</p> <p>Cálculo de probabilidade</p>	<p>usuais, privilegiando o emprego de frações equivalentes.</p> <p>Propor pesquisa sobre o uso do símbolo %, seu significado e a elaboração de problemas envolvendo cálculos de porcentagens.</p> <p>Fornecer malhas quadriculadas para ampliação e redução de figuras. Discutir a razão da transformação feita.</p> <p>Propor problemas envolvendo a relação entre o aumento ou diminuição da medida do lado e a alteração da medida do perímetro de quadrados, aumento ou diminuição em receitas culinárias, entre outros.</p> <p>Disponibilizar moedas e dados para investigação sobre resultados possíveis no lançamento, coleta de resultados e organização dos dados para análise dos resultados e sua comunicação.</p>

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Sugestões didáticas
<p>Quais são os brinquedos populares potiguares?</p> <p>De quais materiais eles são feitos?</p> <p>Quem os confecciona?</p> <p>Onde podemos pesquisar para conhecê-los melhor e saber mais sobre eles?</p> <p>Como os alunos descrevem o que estão aprendendo ao longo do processo de estudo?</p> <p>Como os alunos descrevem no final o que aprenderam?</p>	<p>Identificar elementos materiais, sociais e culturais internos aos brinquedos populares potiguares.</p> <p>Caracterizar alguns brinquedos populares potiguar, considerando sua materialidade, confecção, uso.</p> <p>Conhecer elementos históricos da cultura lúdica do Rio Grande do Norte através do estudo dos brinquedos.</p> <p>Reconstituir oralmente e através de desenhos as investigações e seus resultados.</p> <p>Registrar coletivamente por escrito dados coletados, sínteses e conclusões.</p>	<p>Objetos de cultura material</p> <p>Objetos lúdicos infantis</p> <p>Brinquedos populares</p> <p>Relações sociais</p> <p>Tempo</p> <p>Espaço</p> <p>Cultura</p>	<p>O brinquedo como objeto de estudo, considerando-o como objeto de cultura material.</p> <p>O brinquedo como elemento da cultura material do Rio Grande do Norte.</p> <p>Procedimentos de investigação e coleta de dados a partir de objetos de cultura material.</p> <p>Valorização e respeito à diversidade cultural.</p> <p>Valorização da cultura popular do Rio Grande do Norte.</p>	<p>O estudo do brinquedo (entendido como materialidade e função social) é aqui pensado como objeto de estudo específico, que não impossibilita as diferentes situações lúdicas infantis. O acréscimo é focar o objeto “brinquedo” também como um “objeto de estudo” na aula de História, sendo analisado de modo a identificar do que é feito, como foi feito, quem o produziu, em quais relações de trabalho foi confeccionado (por artesão, em oficinas, fábricas...), como tem sido usado, se diferentes culturas e épocas criam diferentes brinquedos, com variados materiais e modos diversos de fazer e brincar.</p> <p>Conversa sobre quais são seus brinquedos e se conhecem os brinquedos populares potiguares.</p> <p>Levar um brinquedo popular para mostrar às crianças.</p> <p>Propor que todos façam de conta que são arqueólogos e que precisam descobrir mais informações sobre o brinquedo. Para isso, como fazem os arqueólogos, é necessário fazer perguntas ao objeto para saber do que é feito, como será que foi feito, para que serve, quem será que fez, como se brinca com ele, etc...</p> <p>Pedir para cada criança trazer um brinquedo seu de casa.</p>

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Sugestões didáticas
				<p>Propor que novamente, agora com os brinquedos das crianças, sejam feitas perguntas para conhecerem do que são feitos, quem será que fez, como será que é feito, como se brinca com ele....</p> <p>Pesquisar mais sobre os brinquedos populares e analisa-los.</p> <p>Informações sobre os brinquedos populares potiguar podem ser pesquisados no “Museu do Brinquedo Popular”, que faz parte do Instituto Federal do Rio Grande do Norte.</p> <p>Site do museu dos brinquedos -  <a href="https://www.flickr.com/photos/ifrn_cidadealta/sets/72157627201812854/">https://www.flickr.com/photos/ifrn_cidadealta/sets/72157627201812854/</a>  <a href="http://portal.ifrn.edu.br/antigos/natalcidadealta2/museu-do-brinquedo-popular">http://portal.ifrn.edu.br/antigos/natalcidadealta2/museu-do-brinquedo-popular</a></p> <p>Propor aos alunos o desenho de um brinquedo a ser produzido e, a partir do desenho, propor que selecionem os materiais e recursos e, depois, produzam os brinquedos.</p> <p>Propor organização de ficha para cada brinquedo produzido: descrição, autoria, materiais utilizados, data e projeto original.</p> <p>Organizar exposição dos brinquedos produzidos pelos alunos.</p>

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Orientações Pedagógicas
Qual a base alimentar dos potiguarês?	Identificar a relação da alimentação potiguar com a história indígena.	Alimentação como elemento da cultura local e indício da diversidade de povos e seus contatos ao longo da História brasileira.	História da alimentação local e suas relações com a história colonial brasileira – que inclui relações com as populações da América, da Europa (incluindo seus contatos com o Oriente) e com a África.	Fazer pesquisa de levantamento de o padrão alimentar dos alunos.
Quais dos alimentos de origem local?	Identificar a relação da alimentação potiguar com a história da presença europeia no RN.	Alimentos nativos.	As culturas indígenas locais e a base de sua alimentam.	Identificar padrão alimentar local.
Quais as relações entre esses alimentos locais e a história das populações indígenas?	Identificar as origens dos alimentos da alimentação potiguar.	Culturas indígenas.	Procedimentos de pesquisa oral e bibliográfica.	Identificar os alimentos de origem local e os que foram trazidos de outros locais do mundo.
Como os cronistas coloniais contribuem para conhecer quais eram os alimentos nativos da terra?	Caracterizar a economia colonial e suas relações com a base alimentar da época.	Alimentação colonial.	Fontes de escritos coloniais.	Questionar quais são os de origem local e sua relação com a história indígena.
Como cronistas e relatos de viajantes contribuem para se conhecer os contatos entre indígenas e europeus?	Identificar e estudar relatos de cronistas e viajantes coloniais	Cultura europeia.	Autores e pesquisadores potiguares.	Identificar e estudar as populações indígenas locais atuais e as do período colonial.
Qual a alimentação no RN no período colonial?		Cultura potiguar.	Respeito e valorização pela diversidade cultural.	Estudar o padrão alimentar das populações indígenas no período colonial e antes da chegada dos europeus.
Quais alimentos que os europeus trouxeram para a América e se enraizaram no RN?		Fonte histórica.	Valorização da história das populações indígenas.	Estudar o contato entre indígenas e europeus no RN.
		Tempo	Respeito e valorização da cultura local.	Estudar a economia colonial local e como nela se inseria o padrão alimentar naquela época.
		Espaço		Pesquisar fontes documentais sobre o tema, como cronistas e viajantes.
		Duração		

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Orientações Pedagógicas
<p>Quais as procedências desses alimentos trazidos pelos europeus?</p> <p>Os alimentos nativos eram valorizados no período colonial?</p> <p>Como eram produzidos os alimentos no período colonial?</p> <p>Como os alimentos estavam inseridos na produção econômica local no período colonial brasileiro, especialmente no RN?</p>				<p>Analisar documentação da época, identificando suas autorias, parcialidades e contextos.</p> <p>Confrontar, analisar e reescrever informações obtidas em fontes documentais.</p> <p>Informações sobre História da alimentação podem ser obtidas no livro de Luís Câmara Cascudo – <i>História da alimentação e Viagem pelo sertão</i>.</p> <p>- O livro está disponível nos sites:  <a href="http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/343/historia-da-alimentacao-no-brasil-1-volume-cardapio-indigena-dieta-africana-ementa-portuguesa">http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/343/historia-da-alimentacao-no-brasil-1-volume-cardapio-indigena-dieta-africana-ementa-portuguesa</a>   <a href="http://lelivros.love/book/baixar-livro-antologia-da-alimentacao-no-brasil-luis-da-camara-cascudo-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/">http://lelivros.love/book/baixar-livro-antologia-da-alimentacao-no-brasil-luis-da-camara-cascudo-em-pdf-epub-e-mobi-ou-ler-online/</a></p> <p>Organizar as informações obtidas através de diferentes linguagens – oralidade, textos, imagens, vídeos...</p>



Algumas questões problematizadoras	Objetivos/ expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Sugestões didáticas
<p>Como e a partir do que fabricamos os objetos que estão em nosso cotidiano?</p> <p>Como as pessoas aprendem a obter e utilizar diferentes materiais para produzir os objetos que utilizam no dia a dia?</p> <p>O que acontece com as coisas descartadas? ou O quanto do lixo é mesmo lixo?</p> <p>Podemos retirar tudo da natureza?</p> <p>..</p>	<p>Comparar características de diferentes materiais presentes em objetos de uso cotidiano, discutindo sua origem, os modos como são descartados e como podem ser usados de forma mais consciente.</p>	<p>Materiais</p> <p>Objetos</p> <p>Recursos naturais</p> <p>Artesanais</p> <p>Processados</p> <p>Tecnologia</p> <p>Lixo (resíduos)</p>	<p>Materiais comuns em objetos do cotidiano</p> <p>Fibras vegetais locais</p> <p>Materiais de uso cotidiano na fabricação de objetos e moradias</p> <p>Descarte de resíduos e preservação do meio ambiente</p> <p>Retirada de recursos e preservação do meio ambiente</p>	<p>Elaborar um levantamento dos objetos que os alunos reconhecem e utilizam em seu cotidiano.</p> <p>Problematizar, a partir de uma roda de conversa, a constituição dos objetos. Diferenciando diferentes materiais.</p> <p>Fazer uma pesquisa com os familiares a respeito do que são feitos os objetos cotidianos.</p> <p>Pesquisar materiais locais que podem (ou são) utilizados na fabricação de objetos.</p> <p>Pesquisar/ Identificar os materiais mais comuns na confecção de objetos.</p> <p>Visitar ou organizar uma oficina que utilize recursos naturais (cerâmica, tecelagem, etc).</p> <p>Reconhecer no seu cotidiano o destino dos objetos descartados e discutir o conceito de lixo (ou resíduos).</p> <p>Visitar ou ter acesso por imagens ou vídeos a um lixão ou aterro sanitário.</p>

Algumas questões problematizadoras	Objetivos/expectativas	Conceitos estruturantes	Conteúdo	Sugestões didáticas
<p>O que é mesmo estar com saúde?</p> <p>Como o meio afeta a saúde das pessoas?</p> <p>Remédio caseiro funciona?</p> <p>Quais os impactos da indústria farmacêutica nos últimos 150 anos?</p> <p>Como se descobre novos remédios?</p> <p>De que maneira podemos promover a saúde individual e coletiva?</p>	<p>Reconhecer a importância das plantas na medicina popular</p> <p>Associar a produção de medicamentos e outros materiais sintéticos ao desenvolvimento científico e tecnológico, reconhecendo benefícios e avaliando impactos socioambientais.</p> <p>Reconhecer a saúde como processo vinculado tanto ao curso de vida das pessoas, como às condições socioambientais e afetivas e às funções biológicas.</p>	<p>Saúde</p> <p>Bem estar</p> <p>Doença</p> <p>Fatores de risco</p> <p>Vulnerabilidade</p> <p>Curso de vida</p> <p>Qualidade de vida</p> <p>Medicina preventiva</p> <p>Medicina popular</p> <p>Plantas de uso medicinal</p> <p>Remédio x princípio ativo de plantas</p> <p>Indústria farmacêutica</p> <p>Saúde pública</p>	<p>Saúde individual e coletiva</p> <p>Prevenção x promoção à saúde</p> <p>Cultura popular e saúde</p> <p>Políticas públicas e saúde</p> <p>Plantas de uso medicinal na cultura popular</p> <p>A história do salgueiro e o desenvolvimento da aspirina</p>	<p>Fazer uma pesquisa de opinião a respeito do que as pessoas pensam que é saúde.</p> <p>Ler e discutir os documentos: introdução da OMS sobre saúde e a carta de Ottawa para redimensionar o conceito de saúde.</p> <p>Fazer um levantamento em feiras populares, mercados, com pessoas da família quais são os chás e infusões utilizados pelas pessoas.</p> <p>Assistir e discutir vídeo (mas também pode ser um texto) sobre a história da aspirina: dos egípcios à indústria farmacêutica.</p> <p>Entrevistar um agente de saúde sobre os cuidados com o uso de medicamentos, especial cuidado à automedicação.</p> <p>Organizar um debate sobre o uso da medicina popular e o uso de medicamentos.</p>

## **4. Material para discussões realizadas nos encontros**

## **EXPERIÊNCIA CURRICULAR – GRUPO A**

**Atividade: Levantamento de dados sobre a experiência curricular na rede pública do RN.**

**1.** Qual a análise do GT sobre o currículo praticado na rede estadual de ensino no RN hoje?

**2.** Que diretrizes curriculares, temáticas, didáticas e recursos estão orientando as práticas da SEEC junto às escolas de Ensino Fundamental?

**3.** Como se dá a seleção de conteúdos e as escolhas metodológicas no sistema de ensino do Estado do RN?

**4.** Há alguma legislação específica do Estado que seja fundamental para a estruturação do currículo ou que nele seja incorporada?

## EXPERIÊNCIA CURRICULAR – GRUPO B

**Atividade: Levantamento de dados sobre a experiência curricular na rede pública do RN.**

1. Como se organiza o processo de avaliação na Rede? Indique se há (e quais são) os instrumentos de avaliação e indicadores de qualidade.

2. Como se dá a aproximação dos diferentes componentes curriculares nas escolas? Projetos e propostas interdisciplinares?

## EXPERIÊNCIA CURRICULAR – GRUPO C

**Atividade: Levantamento de dados sobre a experiência curricular na rede pública do RN.**

1. Como se organizam (do ponto de vista de carga horária) os profissionais envolvidos, a infraestrutura de apoio e o trabalho didático nos componentes Arte e Educação Física na atual estrutura curricular do RN?



2. O Ensino Religioso será componente curricular de todos os anos do Ensino Fundamental ou apenas de alguns deles?

Participante (nome completo):

---

## EXPERIÊNCIA CURRICULAR (TODOS OS PARTICIPANTES)

**Atividade: Levantamento de dados sobre a experiência curricular na rede pública do RN.**

1. Em que medida as premissas relacionadas a diversidade, equidade e identidades regionais, ênfase na investigação e na autonomia, entre outras que fundamentam a BNCC, estão presentes na prática curricular vigente?

2. Existe algum posicionamento em relação à organização do currículo na estrutura educacional: seriação ou ciclos?

3. Como se pretende considerar na proposta curricular do RN a valorização de temas e problemáticas do RN e/ou do Nordeste?

4. Qual o papel e quais são as estratégias para a participação das unidades escolares na elaboração do currículo?

Participantes  
(primeiro nome):



---

## CONSTRUÇÃO DOS CURRÍCULOS (debate em grupos)

- Como vocês pensam que deve ocorrer o processo de construção dos currículos pelas unidades escolares?

Participantes  
(primeiro nome):



---


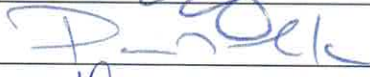

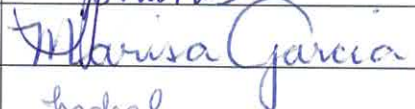




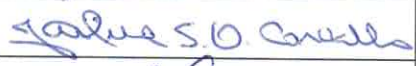

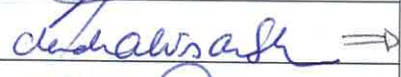

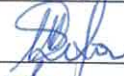


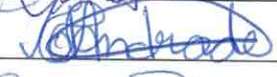

## **ESTRUTURA E DIRETRIZES (debate em grupos)**

### ***Análise pelo GT Currículo***

- Qual a opinião do grupo sobre a estrutura de proposta curricular sugerida e sobre as diretrizes curriculares básicas a serem utilizadas na elaboração?

## **Anexo 3 – Listas de presença**

**Lista de presença dia 17/01**

Nome	Cargo	Assinatura
Whallbee Souza	COPESE	
Fausto Cunha	Fund. Vanzolini	
Carina Jose S. Nunes	SOIN SPE	
Marisa Garcia	Fund. Vanzolini	
Francisca Cristina S. Sobral	COEP	
Rozicleide Regina de Carvalho	SUEM	
Maria do Carmo S. Silva	SUESP/SEEC	
Manoel Teodoro dos Santos Neto	COPESE	
Josine S.O. Cavaleiro	GERENTE - UES/SEEC	
Maria Auxiliadora de L. Figueras	subordinada SUEF	
Cleide Alves da Silva	Téc. Planq. UES	
Sayonara Reis Fontes	Téc. Pedag. SUEM	
Regina Maria da Silva	SUEF/SEEC	
Lucy Marinho de Andrade	NECAD/SEEC	
Patrícia M. de O. Silva	COPE	
Cláudia Pereira	NECAD	
Geroldafigênia Macedo da Silva	SUEM	

Nome	Cargo	Assinatura
M Cláudia Alves da Silva	Téc Planej. UES	Cláudia Alves da Silva
✓ Priscila de Bezerra de Carvalho	Técnica Pedagógica-Suem	Priscila Carvalho
✓ Maria Lucia Sousa P. Figueiredo	Subcoordenadora	
✓ JAILMA CARVALHO	GERENTE	
✓ Whallace Baryza	Tec. pedagógico - CODESE	Whallace
MARIA DO CARMO Mami de Barros e Silva	Tec. Pedagógico - SUESP	
Sayonara Reis Fente	Téc. Pedagógica	
Paulo Lúcia	Fund. Vanzolini	P. L.
Teogenes A. da Silva	SUEP / SEEC	
Bárbara Fox de S. Nunes	SOINSPE	Barbara
Magda Benficio Tenciano	NEEPDH	Benficio
Marisa Garcia	Fund. Vanzolini	Marisa Garcia
Deise Karle de O. Fortes	Subcoordenadora de SUEJA	Deise Karle
Lyliane M. R. Oliveira	FCA Vanzolini	Lyliane
Stacy Karinho de Mendonça	NECAD / SEEC	Stacy
? Amélia Tavares Marinho	SUEM. Tec. Pedagógica	
Pranice Cristina Silva Sobral	Técnica Pedagógica - COEP	Pranice
1 Cláuciane P. Andrade	NECAD / SEEC	Cláuciane Andrade
Maurice Tavares dos Reis	CODESE	





## **Anexo 4 - Registro fotográfico**



**Foto 1**



**Foto 2**



**Foto 3**



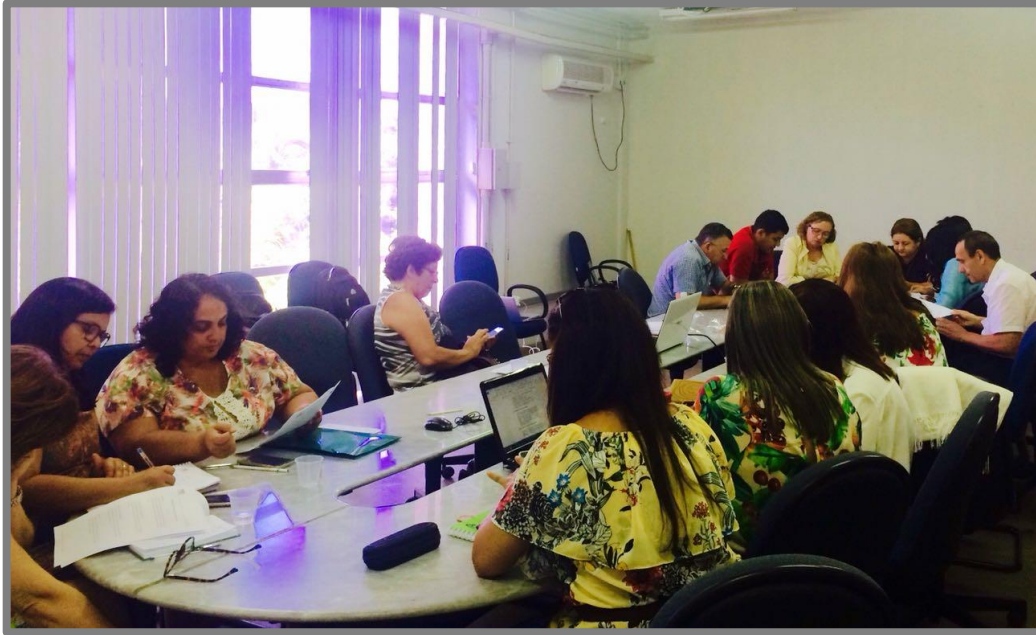
**Foto 4**



**Foto 5**



**Foto 6**



**Foto 7**



**Foto 8**



**Foto 9**



**Foto 10**



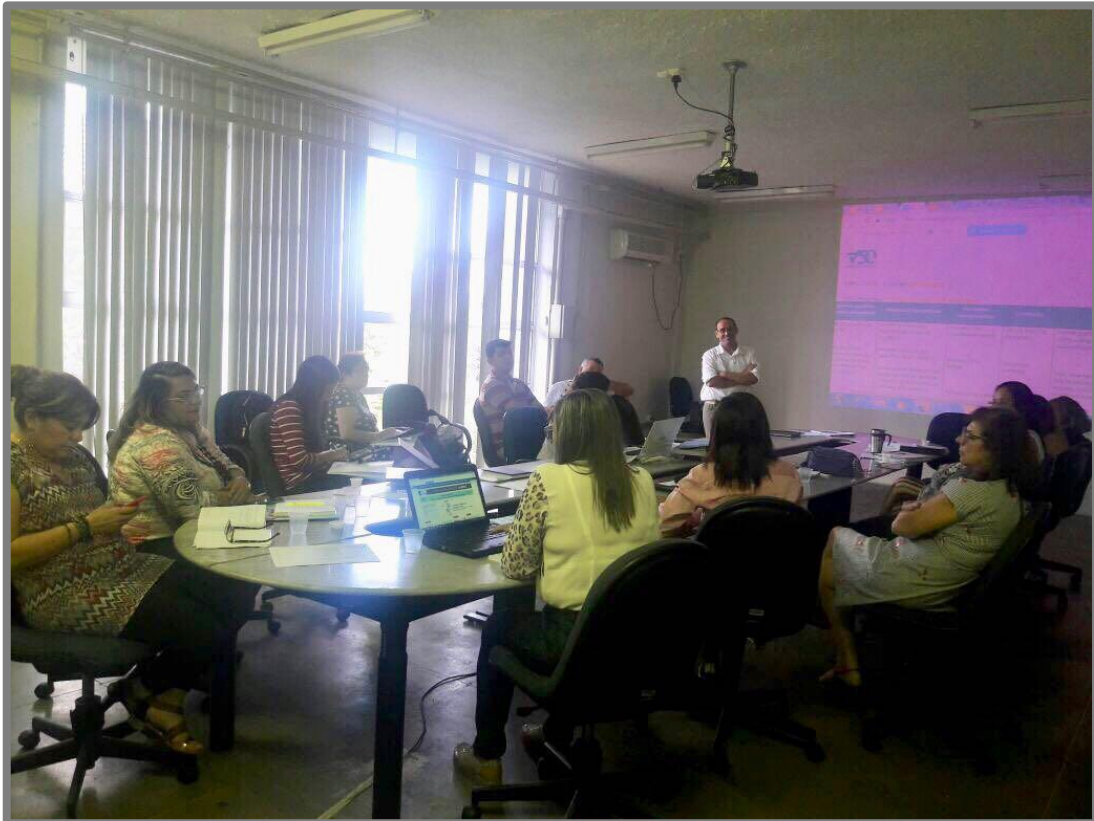
Foto

11



Foto 12





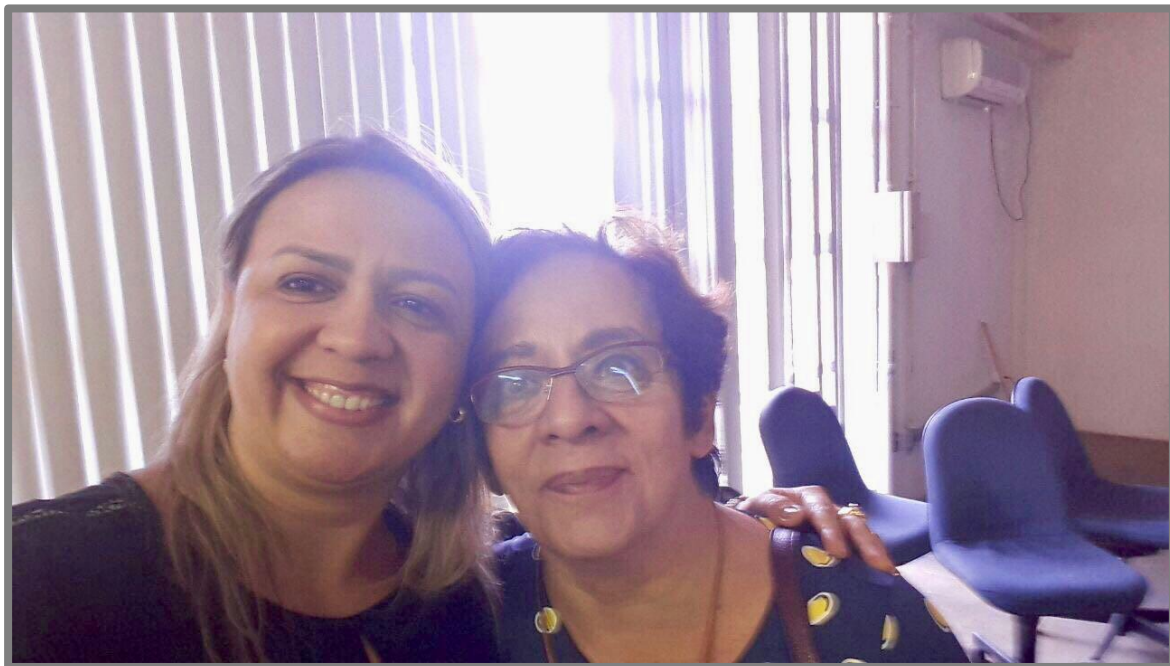
**Foto 13**



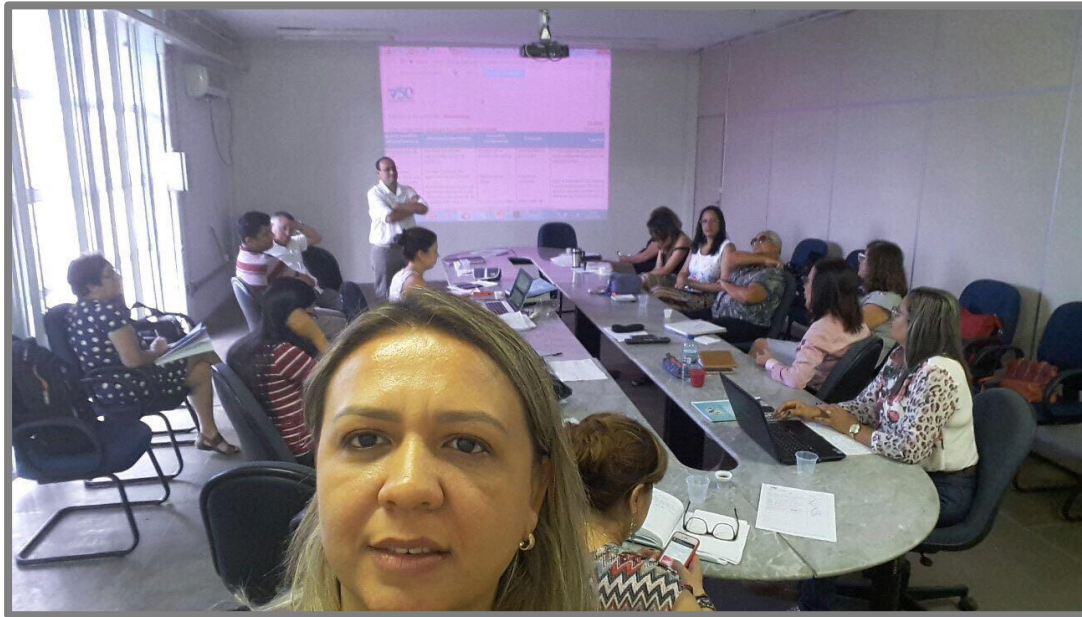
**Foto 14**



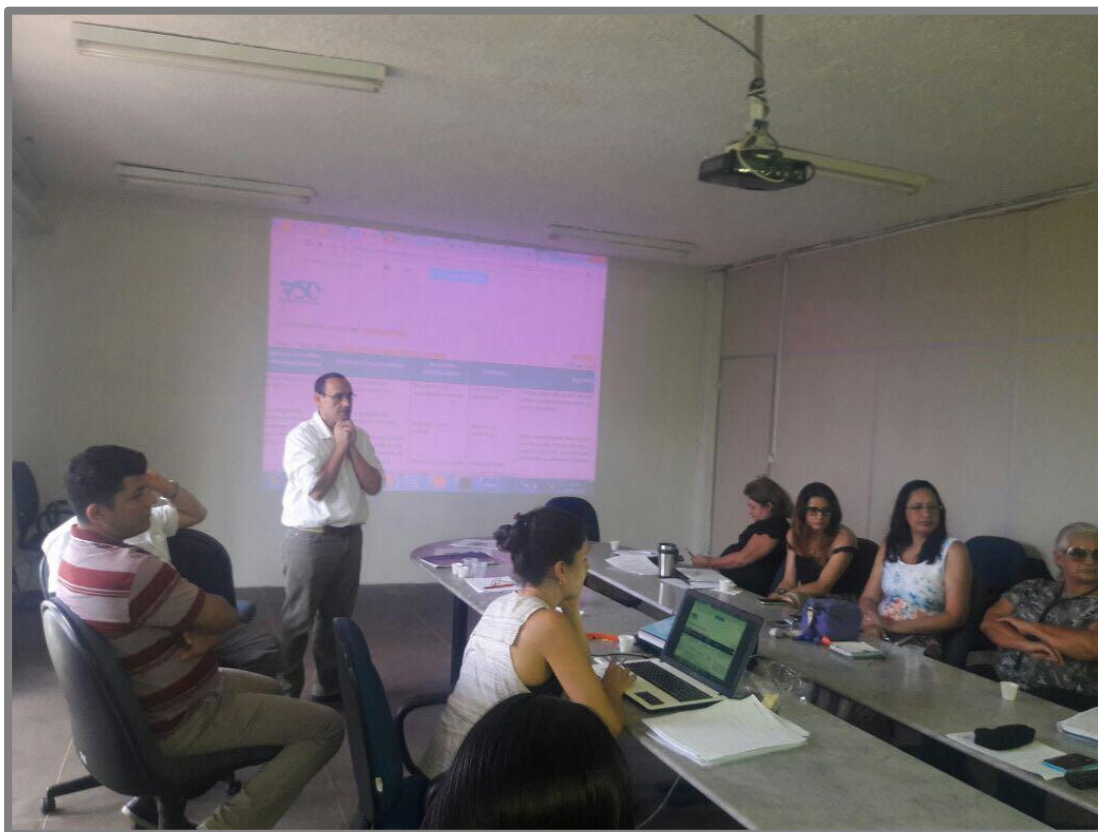
**Foto 15**



**Foto 16**



**Foto 17**



**Foto 18**



Foto 19

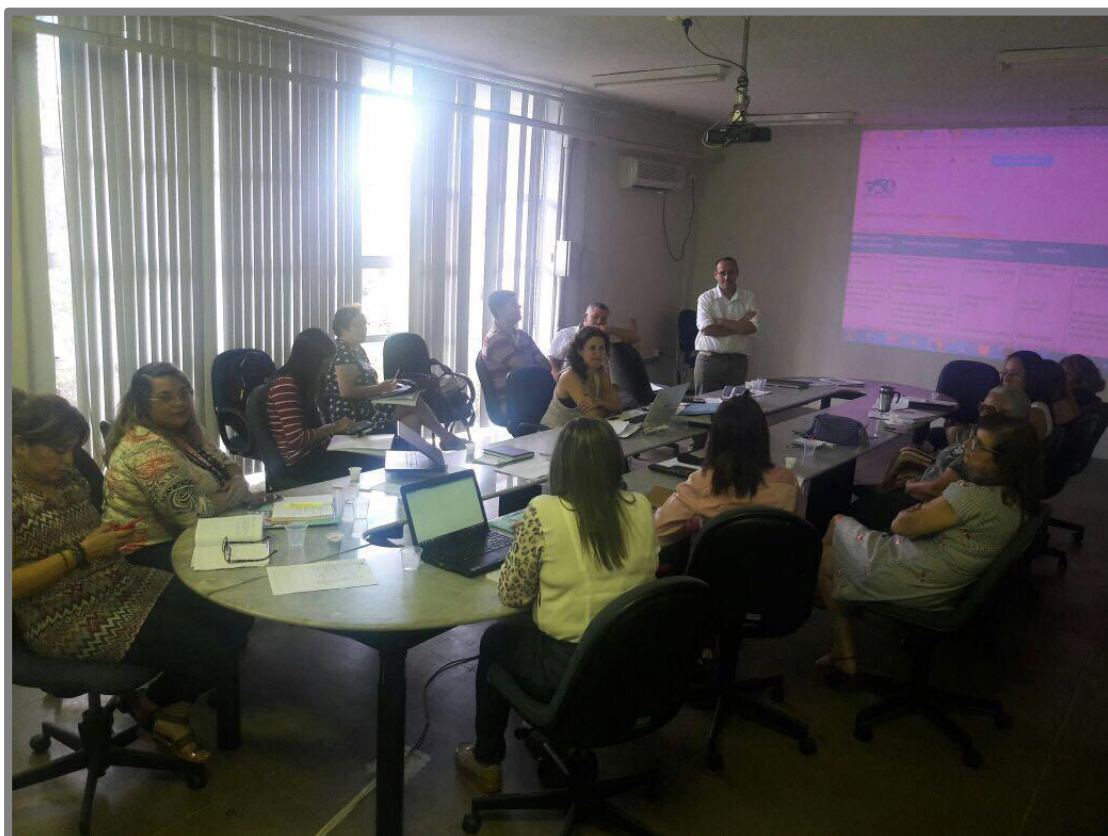


Foto 20

## **Anexo 5 – Documentos citados enviados pela SEEC**

O Relatório menciona especificamente dois documentos enviados pela SEEC:

CODESE. O que deve ser contemplado pelos referenciais curriculares da rede estadual do rio grande do norte.

SUEM. Plano técnico de ação - Referenciais Teóricos: Contribuições da Subcoordenadoria do Ensino Médio – SUEM

## COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR – CODESE

### O QUE DEVE SER CONTEMPLADO PELOS REFERENCIAIS CURRICULARES DA REDE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

#### **ASPECTOS NORTEADORES**

Levando em consideração o Termo de Referência nº 8267/2015, cuja finalidade encontra-se ancorada na contratação de Consultoria Pessoa Jurídica – VANZOLINE, para a construção dos Referenciais Curriculares, da Rede Estadual de Educação pela Secretaria de Estado da Educação e Cultura, do Rio Grande do Norte, esta Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar – CODESE, vem, por intermédio da Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Dr<sup>a</sup> Cláudia Sueli Rodrigues Santa Rosa, apresentar aspectos norteadores para melhor desenvolvimento e acompanhamento da Empresa supramencionada no tangente ao seu objetivo.

Cumpre-nos, preambularmente, deixar evidenciado que a propositura das ações na construção dos Referenciais Curriculares deve estar situada na Constituição da República Federativa do Brasil, Plano Nacional de Educação, Base Nacional Curricular Comum, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Diretrizes Nacional da Educação Básica e no Plano Estadual de Educação.

A Constituição da República Federativa do Brasil no Artigo nº 205, preceitua: ” desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Ou seja, a Constituição Federal disciplina os princípios e preceitos educacionais e discrimina indicações curriculares, recursos financeiros, competências para o Poder Público atuar e, por conseguinte promover o ensino.

Cabe-nos, numa visão mais ampliada, rever que a nova ordem mundial impõe um novo modelo econômico na sociedade, uma lógica em que tanto se vive para o processo de inclusão quanto o de exclusão. A escola está inserida nesse contexto, no qual se busca romper com esses valores em que os sujeitos

se tornem submissos e excluídos. Ao longo das décadas se pensa em um ensino inovador, não no sentido de estratificar ainda mais a sociedade, mas no contexto de sujeitos históricos que possam modificar o quadro, sentindo-se capazes de atuar para a transformação.

Não se enfatiza que a escola se curve as exigências do mercado, mas que introduza na tônica do discurso mercadológico a formação do sujeito para o mundo produtivo. Não se trata de um reducionismo do fazer nas mais diversas nuances, mas estabelecer uma relação direta no contexto científico-tecnológico para o espaço escolar.

Os direcionamentos que permeiam estes Aspectos Norteadores no que tange a tecnologia no contexto escolar, não se propõe a delimitar o espaço de aprendizagem a racionalização do saber, tendo em vista que a racionalidade na acepção de Habermas (1990), não tem tanto a ver com a posse do saber, mas com o modo como os sujeitos empregam esse saber, tanto no falar como no agir. O mundo produtivo, ou melhor, o mercado de trabalho tenciona um homem que esteja em consonância com os processos das relações humanas objetivas e a racionalidade técnica.

Nessa configuração estrutural das relações de mundo produtivo e mercado de trabalho a educação precisa se coadunar para um processo eficaz, tendo em vista que se tem concepções diferenciadas para a produção do conhecimento e a educação pela lógica da sociedade contemporânea, vem romper com as estruturas fragmentadas do conhecimento.

Alguns pensadores ajudam a compreender que a escola não prepara mais o aluno para a vida previsível, a escola está imersa em uma sociedade instável, na qual as informações se propagam com uma determinada rapidez e a mesma precisa trabalhar com a mudança, a abertura e a flexibilidade (FREIRE, 1984, 1996).

Assim, convém deixar em relevo que abordar questões pertinentes à gestão remete-nos a um ponto fundamental dos recursos humanos, que na verdade é uma área de conhecimento que estuda as pessoas nas organizações. Trata-se, pois, de um processo de desenvolvimento das relações humanas, que são as relações mútuas entre pessoas e organizações, suas causas e consequências, bem como as mudanças que essas relações vêm sofrendo na atual sociedade.



A gestão deve estar centrada numa visão estratégica, entendida como um conjunto de decisões tomadas de forma prévia sobre o que deve ser realizado a longo prazo. Gestão em síntese, pode ser compreendida como uma prática a nível micro como macro, capaz de gerenciar os fazeres pedagógicos e administrativos.

Levando em consideração o que preceitua o Artigo nº 206 da Lex Mater, o princípio constitucional pertinente à educação desvela-se na Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; Valorização dos profissionais da educação escolar; Gestão democrática, dentre outros, que igualmente estão expressos nos princípios da LDB.

O Plano Estadual de Educação, Artigo nº 2º, II – qualidade da educação básica: condições de aprendizagens, avaliação e melhoria do fluxo escolar; III – educação e trabalho: formação técnica e tecnológica de nível médio, VI – gestão democrática: participação, responsabilização e autonomia dos sistemas de ensino, já apresenta o norte delineado.

Para educar, faz-se necessário eduzir de dentro do homem os valores humanos. Ou seja, a função social da escola, nesse aspecto, deveria ser retomada, pois somente assim, e desta forma, teríamos cidadãos conscientes do seu verdadeiro papel na sociedade, especificamente no que se refere à escola, tornando-a (re) significada, sem violência simbólica.

Nesse aspecto, a educação é configurada como processo de socialização tendo como função social garantir a equidade. E, a função educativa sustenta-se nos saberes escolares, provoca a reconstrução do conhecimento prévio, atitudes e maneiras de atuar perante a sociedade.

Assim sendo, a escola propiciará a experiência de viver e comparar, de participar da vida real, das normas, dos padrões construídos coletivamente, que definem os comportamentos. Ou melhor, a escola deve estimular aos alunos à prática da coletividade, pois somente desse modo, vivendo democraticamente na escola, certamente viverá democraticamente na sociedade.

O papel da escola enquanto sistematizadora do conhecimento, é fundamental para enfrentar os desafios por objetivar um importante passo para o desenvolvimento científico e social.

Para que os Referenciais Curriculares sejam construídos e possam ser discutidos amplamente e democraticamente antes da aprovação, partir-se-á da concepção de educação que respalde uma formação integral do sujeito, que esteja perpassada pelos valores éticos, políticos e estéticos, com base na gestão de aprendizagem, levando em consideração o desenvolvimento das competências e habilidades como um compromisso do ensino capaz e eficaz de aprendizagens, de forma dialógica e dialética.

Eis o escopo das Referenciais Curriculares da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte.

## **APORTE TEÓRICO**

PAULO FREIRE

MAURICE TARDIF

EDGAR MORIN

MOACIR GADOTTI

MIGUEL ARROYO

SÉRGIO HADDAD

MARIA CLARA DI PIERRO

JAQUELINE MOLL

MARLY ANDRÉ

BERNADETE GATTI

TOMAZ TADEU SILVA

ROSELI CALDART

HABERMAS JÜRGEN

HANNAH ARENDT

HEBERT MARCUSE

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

SALOMÃO HAGE

CELÉSTIN FREINET

MAGDA SOARES  
JOSÉ CARLOS LIBÃNEO  
CELSO VASCONCELLOS  
FERNANDO HERNÁNDEZ  
JOLY  
VANI MOREIRA KENSKI  
ALMEIDA  
JOSÉ MANUEL MORAN  
SANCHO  
MARTINO  
HOWARD GARDNER  
JOHN DEWEY  
JOSÉ GIMERO SACRISTÁN  
JURJO TORRES SANTOMÉ  
VERA CANDAU  
ALICE CASEMIRO  
DAVID AUSUBEL  
JUAN IGNÁCIO POZO  
JEAN PIAGET  
VYGOTSKY  
PHILIPPE PERRENOUD  
ISA GUARÁ  
MIKAIL BACKTHIN  
AMÉLIA DOMINGUES  
RAFAEL YUS  
BIANCONCINI DE ALMEIDA  
ARMANDO VALENTE  
GAUDÊNCIO FRIGOTTO  
ROSITA EDLER  
TEREZA MONTAAN  
LÚCIA MARTINS  
RICARDO LINS  
SORAYA NAPOLEÃO  
CRISTINA DELOU

ROBERTO BATISTA  
MIRLENE DAMAZIO  
RONICE MILLER  
SIMONE ROCHA  
CONÇEIÇÃO PASSEGI  
RITA VIEIRA  
VICTOR DA FONSECA  
ANTONIO ZABALA  
JOSEPH RENZULLI  
PIERRE BOURDIEU



*Governo do Estado do Rio Grande do Norte  
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC  
Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar-CODESE  
Subcoordenadoria de Ensino Médio - SUEM*



## **PLANO TÉCNICO DE AÇÃO**

### **Referenciais Teóricos**

#### **Contribuições da Subcoordenadoria do Ensino Médio – SUEM**

Em relação aos aspectos norteadores da construção do currículo da Rede Estadual do Rio Grande do Norte, parabenizamos a Fundação Vanzolini no que se refere aos aspectos gerais abordados no documento. Este, se apresenta com orientações previstas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2012), pelos Planos Nacional e Estadual de Educação atuais. Também se percebe no documento orientações apresentadas no documento: Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA (2015), este último, informações explicitadas de maneira geral.

Portanto, de modo geral, o documento apresentado pela referida empresa atende aos nossos propósitos, necessitando de pequenos ajustes, a saber.

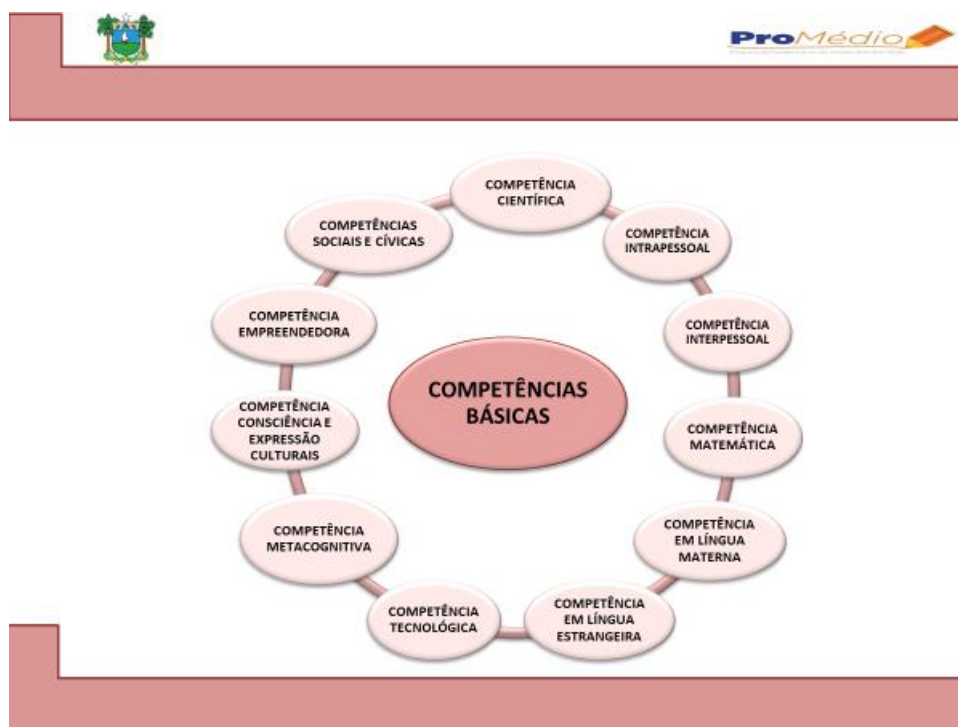
No que se refere ao item I – **Metodologia de Construção do Documento**, sugerimos acrescentar, caso seja homologada, as orientações explicitadas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), deixando explícitas a definição de competência, na perspectiva de Gimeno Sacristán (2011):

uma **competência**, é mais que conhecimentos e habilidades, é a capacidade de enfrentar demandas complexas em um contexto particular, um saber fazer complexo, resultado da integração, mobilização e adequação de capacidades, conhecimentos (conceitos, procedimentos/habilidades e atitudes) e valores utilizados de modo eficaz em situações reais (SACRISTÁN, 2011, p. 84).

Além do conceito acima citado, considerar também como orientação para o desenvolvimento do currículo do Rio Grande do Norte, as competências

básicas ou gerais propostas pelo autor, bem como outras sugeridas por nós, mas inspirado por esse, conforme figura 1.

Figura 1. Competências Gerais ou Básicas – Adaptado de Sacristán (2011)



Fonte: Subcoordenadoria do Ensino Médio – SUEM/SEEC, 2017

Se deve considerar nesse documento para cada competência básica ou geral, as habilidades que lhes são constitutivas. Em relação ao conceito habilidade, assumimos as ideias de Petrovsky (1976), quando afirma:

Habilidade é o domínio de um sistema complexo de ações psíquicas e práticas necessárias para uma regulação racional da atividade com a ajuda de conhecimentos e hábitos que a pessoa possui e somente mediante a reprodução reiterada e a aplicação dos modos de atuação de maneira consciente (PETROVSKY, 1976, p. 72).

Outro aspecto a considerar no referido documento do RN, diz respeito às habilidades gerais que devem ser constitutivas de todas as áreas de conhecimento do currículo dos Ensinos Fundamentais e Médio, citadas no quadro 1.

Quadro1. Habilidades Gerais de todas as Áreas de Conhecimento dos Ensinos Fundamental e Médio

Habilidades Gerais
Compreender a ciência como uma das formas de explicar a realidade
Identificar situações-problema em diferentes tipos de contextos
Propor problemas
Elaborar hipóteses
Resolver problemas em diferentes contextos
Interpretar a realidade
Saber argumentar de modo a convencer o outro
Ser resiliente diante de situações conflituosas
Explicar a realidade
Possibilitar a linguagem oral
Ler com fluência
Escrever diferentes gêneros textuais respeitando a textualidade
Produzir textos considerando adequação, coerência, coesão e as regras gramaticais
Responder ficha metacognitiva de modo consciente
Escrever utilizando a linguagem da ciência
Coletar informações em diferentes fontes
Organizar dados em tabelas, gráficos e quadros
Interpretar dados coletados em diferentes fontes de informação
Apresentar trabalhos em eventos de divulgação científica
Ter atitudes positivas em relação a diferentes contextos
Ter criticidade, autonomia, criatividade e proatividade
Respeitar as diversidades
Compreender a sustentabilidade socioambiental como meta universal
Ter domínio no processamento das informações
Utilizar de forma consciente a tecnologia digital
Ser solidário
Saber conviver em grupo
Tomar decisões assertivas diante de situações de conflito

Fonte: Subcoordenadoria do Ensino Médio – SUEM/SEEC, 2017

Em relação ao item 6: **construção de uma versão preliminar da proposta curricular** (produto 3), ler o item 2, quando se refere às áreas de conhecimento. Creio que deva especificar quando se referir ao Ensino Médio, pois, houveram mudanças. Organizando-se da forma explicitada em sequência:

- Linguagens e suas Tecnologias.
- Matemática e suas Tecnologias.
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias.
- Ciências Humanas e Aplicadas.

No que se refere a lauda do documento, no item “**Aprendizagem e Desenvolvimento**” sugere-se deixar evidenciado os seguintes pontos:

- Definição de aprendizagem e desenvolvimento na perspectiva de Vygotsky.
- Conhecimento dos conteúdos do conceito, dos procedimentos e epistemológicos como referencial para aprender e se desenvolver (PISA, 2015).
- O texto refere-se a **investigar um problema**, sugere-se ampliar para: identificar situações-problema, propor problema, elaborar hipóteses, testar hipóteses, desenhar experimentos para testar hipóteses, elaborar estratégias de solução considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos.

### **Outros Pontos a Considerar que devem ser Pilares para Nortear o Currículo do Estado do Rio Grande do Norte**

Devem ser pilares principais (devem ficar explícitos) constitutivos de todas as áreas de conhecimento dos ensinos Fundamental (anos iniciais e finais) e Médio:

- Resolução de problemas.
- Metacognição.
- Interdisciplinaridade.
- Leitura e letramentos.
- Cultura Digital.
- Dialética.
- A pesquisa como princípio pedagógico.
- O trabalho como princípio educativo.
- A sustentabilidade socioambiental como meta universal.
- Os direitos humanos como princípio norteador.
- O eixo estruturante: Trabalho-Ciência-Tecnologia-Cultura como unidade.

Ressaltamos que com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) dos ensinos Fundamental e Médio, as competências



que elencam no referido documento como competências específicas sejam compreendidas como habilidades gerais e específicas das áreas de conhecimento, componentes curriculares, respeitando-se dessa forma a flexibilização do currículo.